



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO 2005 - 2007



Controle de gastos

PARCERIAS - Considerando o crescente esvaziamento das quotas de receitas deste Poder e objetivando uma gestão fiscal equilibrada, redimensionamos os gastos correntes do exercício, fazendo parcerias institucionais com o Ministério da Justiça e Prefeituras.

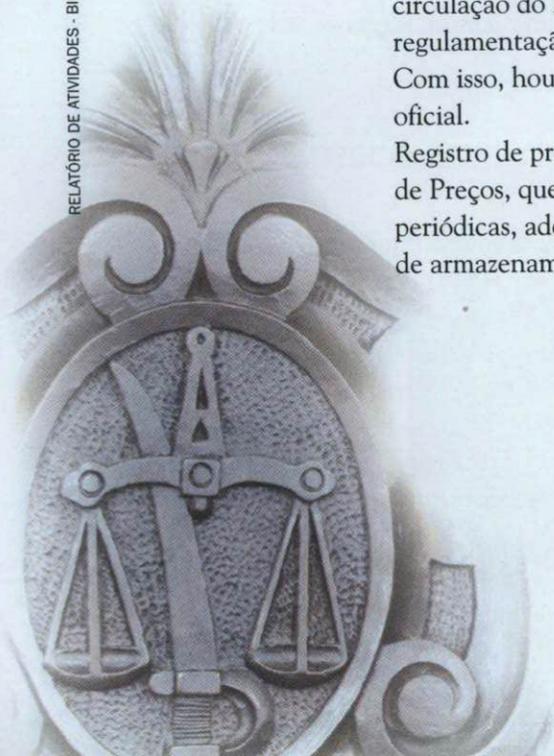
Com o Poder Executivo, por exemplo, conseguimos o financiamento dos gastos com inativos e pensionistas do Judiciário, na ordem de R\$ 64.033.000,00. Adotamos ainda outras medidas, por meio de portarias, como a fixação do valor das diárias dos magistrados, necessárias aos deslocamentos dentro e fora do Estado para participação em cursos, congressos e seminários. Com o projeto de Lei, aprovado pela Assembléia Legislativa, fomos pioneiros na inclusão do valor dos deslocamentos para fora do país, com a regulamentação da nova base de cálculo da ajuda de custo e substituição.

A redução dos gastos com diárias possibilitou a criação de projetos de treinamento para os servidores nas comarcas do interior, necessários à instalação do Sistema de Acompanhamento Processual – SAP XXI e do Sistema de Conta Única de Depósitos Judiciais.

COMARCAS - As despesas realizadas pelas 104 Comarcas do Estado e Juizados Especiais são descentralizadas, diminuindo, em média, os gastos ordinários em 7.5%.

IMPrensa Oficial – Para os gastos com o Diário da Justiça foram estabelecidas normas para a publicação, dentre as quais a restrição da circulação do DJ às comarcas da Região Metropolitana de Belém, a regulamentação das matérias publicadas e a padronização do papel. Com isso, houve redução mensal de 36% nos gastos com a publicidade oficial.

Registro de preço – Em abril de 2006 instituímos o Sistema de Registro de Preços, que possibilitou à administração o planejamento de compras periódicas, adequando-as ao fluxo financeiro e viabilizando a capacidade de armazenamento de materiais no Almoxarifado.



Novo plano de saúde valoriza os servidores

Em 2005, uma importante conquista para os servidores do TJE foi a aprovação da contratação de um plano de saúde privado. Funcionando inicialmente por um período de seis meses, com contribuição de 3%, e com uma comissão para acompanhamento das condições e do nível de satisfação dos serviços prestados pela operadora, o Plano passou a ser efetivo.

Em 2006, o contrato de assistência médica foi firmado com a operadora Unimed Belém – Cooperativa de Trabalho Médico, que hoje conta com a adesão – entre servidores e magistrados - de 2.063 titulares e 4.085 dependentes, atingindo o percentual de 90% do quadro de pessoal.

Outras ações:

1. Redução do limite dos gastos com o pagamento de horas extras, de 40 para 32 horas;
2. Monitoramento do consumo de água, luz, telefone, correio e aluguel das comarcas do interior;
3. Acompanhamento de despesas com a manutenção da frota de veículos;
4. Implantação na capital do Serviço Total de Controle da Frota, com a instalação do CTE, em convênio com a Petrobras, que reduziu os gastos com combustível em 27%.
5. Racionalização do consumo de energia elétrica nas faixas horosazonais, com a revisão dos contratos existentes, para que a administração suportasse o aumento da tarifa, acima da inflação, e a expansão da estrutura físico-funcional do TJE.
6. Eliminação da personalização dos carimbos utilizados na Administração e Secretarias Judiciais;
7. Troca da plataforma de computação do PABX, visando o combate ao desperdício;
8. Reimpressão das capas dos processos existentes em estoque no Almoxarifado, eliminando gastos com essa atividade;
9. Padronização das Capas de Processos Judiciais.

Resultado das ações

Essas medidas permitiram, além do imperativo equilíbrio fiscal, o pagamento de passivos trabalhistas de natureza administrativa da magistratura e dos servidores, na ordem de R\$ 25.562.337,75.

Também foi possível reajustar o salário dos servidores em 15.72%, acima da inflação registrada no período (de 7.14%), e ajustar o teto da magistratura aos estabelecidos para os exercícios de 2005 e 2006.

O redimensionamento dos gastos correntes garantiu ainda a nomeação de novos magistrados e diretores de secretarias, e a extensão do auxílio-alimentação aos servidores cedidos e aos militares destacados para prestação de serviço.

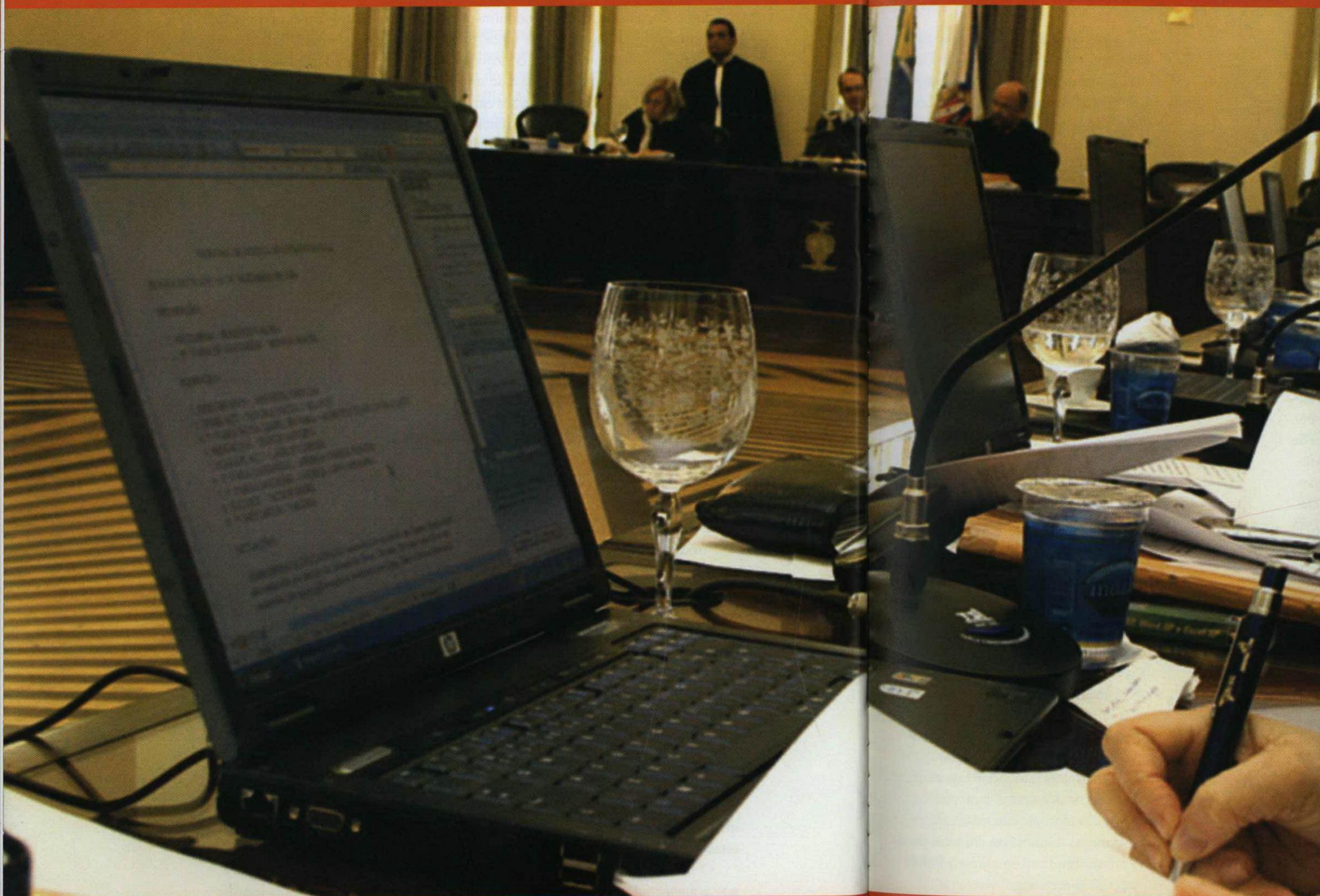
INFORMÁTICA

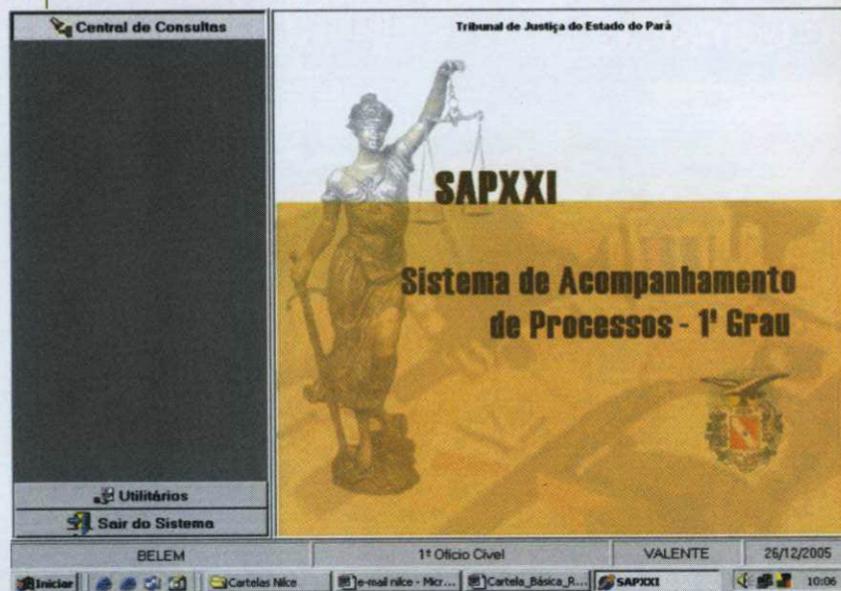
Investimento em tecnologia da informação
em todas as Comarcas

Novas tecnologias e estratégias de comunicação foram adotadas neste biênio para garantir rapidez e maior eficiência nos serviços. Os investimentos abrangeram planejamento, execução e gerenciamento de grandes projetos na área, voltados à produção de serviços diferenciados aos jurisdicionados e às atividades meio.

Uma conquista importante foi o acesso à rede mundial de computadores em todas as Comarcas do Estado, viabilizando a troca de informações, a execução das tarefas diárias, e acesso a bancos de leis, notícias, correio eletrônico, portais de tribunais, jurisprudências, integração administrativa e atualização de dados processuais.

Em janeiro de 2005, apenas sete Comarcas tinham acesso à internet. Em agosto de 2006, todas as 104 passaram a dispor dos serviços, representando um crescimento de mais de 93%.





Sistema SAPXXI – 1º Grau

A implantação do Sistema SAPXXI 1º Grau (Sistema de Acompanhamento de Processos) em todas as Comarcas está integrando, em bancos de dados, as informações dos processos judiciais de 1º grau, padronizando os despachos, tramitações e procedimentos aplicados. Como consequência direta, qualquer processo pode ser consultado via portal na internet, usando recursos da busca por número, nome da parte ou serviço de aviso eletrônico (Sistema Push).

Até o final de 2006 foram treinados 563 servidores e distribuídos 250 novos computadores. Essa logística permite a organização e viabilização do treinamento e implantação do SAPXXI, melhorando a infra-estrutura disponível para as Comarcas do interior.

Foi um trabalho essencial, pois até janeiro de 2005 apenas 4% das Comarcas (Belém, Ananindeua, Marituba e Santarém) dispunham desse sistema. Ao final do biênio, 100% das Comarcas foram contempladas. Também merece destaque na utilização do SAPXXI 1º Grau a Justiça Militar do Estado, que desde maio de 2006 registra as informações de seus processos, tendo transferido seus dados de um aplicativo isolado e não integrado para a ferramenta institucional do TJE/PA.

Diário da Justiça online

Em agosto de 2005 implantamos a versão eletrônica do Diário da Justiça. Por meio de uma parceria com a IOEPA (Imprensa Oficial do Estado do Pará), adotamos um sistema que permite o envio direto das matérias para publicação e a disponibilização para consultas via internet, inclusive de edições anteriores.

A nova solução substituiu um antigo sistema artesanal de recorte e colagem de matérias, de alto custo e baixíssima qualidade. A nova diagramação, a padronização de fontes e formatos e a redução do número de exemplares e cadernos permitiu diminuir em 50% os custos de impressão do Diário. Em termos qualitativos, aumentou a confiabilidade dos dados publicados.

Sistema push (aviso eletrônico)

Uma antiga demanda de advogados e devidas partes, o sistema push é um mecanismo de recebimento de avisos eletrônicos via e-mail, mediante cadastramento prévio e seleção de processos judiciais de interesse. Toda tramitação, protocolo, despacho, mandado e outros procedimentos adotados em um processo de 1º e 2º graus, e nos Juizados Especiais, são repassados por e-mail aos interessados. A praticidade do serviço é responsável por mais de 6 mil usuários cadastrados e mais de 100.000 mensagens enviadas.

Registro de Acórdãos e Jurisprudência

O novo módulo de Acórdãos e Jurisprudência do SAP2G (Sistema de Acompanhamento de Processos do 2º grau) reúne em uma única ferramenta informatizada o fluxo de trabalho que inicia nos gabinetes dos desembargadores, com a produção dos acórdãos, até sua publicação na internet em forma de jurisprudência.

O módulo substituiu o uso de diferentes softwares e de diversos procedimentos manuais, que exigiam dos usuários muito trabalho e redigitação de texto, provocando a demora na disponibilização do acórdão na internet.

Transmissões ao vivo das sessões do Júri e Plenário

O pioneirismo e a inovação do serviço de transmissão ao vivo das sessões do Tribunal do Júri da Comarca de Belém e do plenário do TJE/PA foram bem recebidos pelos jurisdicionados. Trata-se de um importante canal institucional que mostra com transparência o funcionamento de importantes órgãos de julgamento e já está totalmente consolidado pela demanda de acessos contabilizados. A nova sede conta com o sistema em todos os plenários.

Seguindo a orientação de aperfeiçoamento contínuo dos serviços oferecidos já está disponível em nosso portal um dispositivo de acesso às sessões anteriores.

Usando a mesma tecnologia é plenamente possível a realização de treinamento e capacitação à distância, por meio de seminários internos para magistrados, serventuários e servidores, sem precisar que os mesmos se desloquem à Comarca da capital, simplificando a logística de treinamento interno.

É uma importante ferramenta de integração, que poderá ser usada pela Escola Superior da Magistratura para divulgação de informações pertinentes.

Novo portal na internet

O portal coloca o Poder Judiciário do Pará na rede mundial de computadores. Passou por completa reestruturação, oferecendo informações dinâmicas e de real interesse público. É a concentração dos serviços oferecidos aos jurisdicionados, divulgados de forma democrática.

O portal está em processo contínuo de aperfeiçoamento e sempre com a criação de novos serviços, graças à infra-estrutura implantada e à padronização de sistemas.

Entre os itens mais importantes em nosso endereço eletrônico estão a consulta de processos judiciais em 1º e 2º graus e Juizados Especiais, e aos plantões; acesso às edições atuais e anteriores do Diário da Justiça, e verificação de acórdãos, jurisprudência e autenticidade de certidões de antecedentes criminais. O usuário pode ainda acessar os sistemas push, de notícias e avisos, as sessões ao vivo e sob demanda do plenário e Tribunal do Júri, e navegar no mapa interativo com informações específicas sobre municípios, comarcas, juizados, secretarias judiciais e cartórios extrajudiciais.

Também já estão sendo criadas outras ferramentas para uso estritamente interno, que deverão estar disponíveis na intranet.



Fale com o Presidente

Com o nosso portal, qualquer cidadão devidamente identificado pode enviar correspondências eletrônicas ao Presidente do TJE/PA. O sucesso obtido deve-se ao fato de que todas as mensagens recebidas são lidas, processadas e respondidas. Basta que o interessado especifique o assunto e as informações solicitadas. Até outubro de 2006 foram processadas e respondidas 1.700 mensagens.

Protocolo judicial drive-thru

A nova sede do TJE/PA, localizada à Avenida Almirante Barroso, conta com um protocolo de petições iniciais e não iniciais de processos judiciais, funcionando 24 horas durante toda a semana. Os advogados podem depositar suas petições em envelope padronizado, recebendo a chancela de tempo em forma de protocolo, garantindo assim os prazos legais.

Entre as vantagens do protocolo estão a ampliação do tempo para protocolo de petições, sem aumento de custos fixos, e diminuição de filas e do fluxo de pessoas no protocolo convencional.

Implantação efetiva do acesso ao BACENJUD

É um meio rápido, seguro e econômico para envio de ordens judiciais, via internet, às instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional, possibilitando o envio de ordens de bloqueio e desbloqueio de contas e ativos financeiros, comunicação da decretação e extinção de falências, solicitação de informações sobre a existência de contas correntes, aplicações financeiras, saldos, extratos e endereços de clientes.

Com a divulgação do serviço e apoio técnico aos magistrados usuários, a Secretaria de Informática implementou, na prática, o convênio assinado entre o TJE/PA e o Banco Central do Brasil, que oferece esta ferramenta célere e eficaz ao trabalho dos magistrados.

Ampliação do número de Juizados Especiais informatizados

O SIJE (Sistema de Juizados Especiais) informatiza o trâmite de processos nos Juizados Especiais, registrando os dados processuais dos autos no que se refere às audiências, conciliações e instruções, permitindo o acesso às informações por meio de consultas no portal eletrônico e na rede de terminais de consulta.

A base instalada do SIJE cresceu de um Juizado, em janeiro de 2005, para 12 Juizados Especiais Cíveis (Consumidor, Jurunas, Cidade Velha, Central I, Central II, Trânsito, Mosqueiro, UNAMA, Cidade Nova VIII, Icoaraci, CESUPA e FACI).

Até dezembro de 2006, todos os juizados da Região Metropolitana de Belém foram contemplados, incluindo os Juizados de Ananindeua, PAAR e Criminal da Mulher.

Habeas Corpus virtual

Este serviço permite a entrada de pedidos de habeas corpus via internet, em 1º e 2º graus, e o registro da petição com seu conteúdo, além do encaminhamento eletrônico entre as unidades envolvidas (Secretarias Judiciais, Varas, Ministério Público e Unidades Coatoras e Órgãos de Julgamento). É possível, ainda, o registro dos pareceres do MP e dos escritórios da Polícia Civil.

O sistema já está pronto e em processo licitatório para a aquisição dos certificados digitais, padrão AC-JUS, destinados a magistrados, procuradores do MP, serventuários e servidores. Eles poderão assinar digitalmente os documentos virtuais que integrarão o primeiro projeto a usar as tecnologias de certificação digital no TJE/PA. O recurso concede validade jurídica a documentos eletrônicos e constitui a base tecnológica para adoção do processo informatizado.

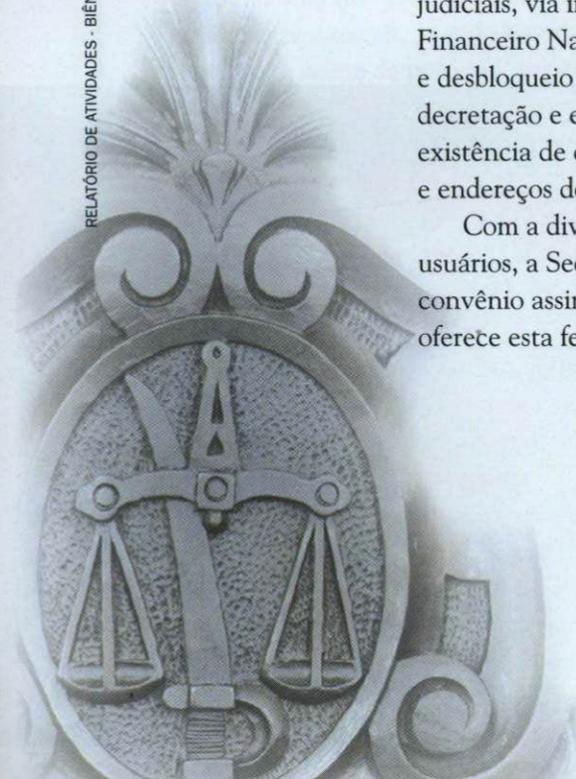
Além do habeas corpus virtual, esta infra-estrutura de certificados viabilizará a adoção do processo judicial eletrônico para outras classes processuais, agilizando o trabalho e reduzindo o volume de papel e de custos.



Rede de terminais de consulta

Inicialmente, investimos na melhoria e na quantidade de serviços disponíveis nos equipamentos de auto-atendimento, tornando possível consultar e imprimir informações de processos cíveis e criminais no âmbito do 1º e 2º graus e Juizados Especiais.

Atualmente, a rede dispõe de seis terminais instalados no prédio do Tribunal, Fórum Cível e Fórum Criminal da Capital, Fórum de Ananindeua, Shopping Center Iguatemi (Revistaria Newstime), Defensoria Pública e Juizado Central (Av. 25 de Setembro). Em novembro de 2006 foram instalados mais equipamentos em Comarcas do interior e na nova sede do Tribunal.



Treinamento em informática básica

Já está organizado o Treinamento em Informática Básica para magistrados, servidores e serventuários, oferecendo inicialmente 180 vagas. O conteúdo abordará Microsoft Windows, Word, Excel e uso da Internet. O início do treinamento está marcado para janeiro de 2007, com a conclusão das obras de ampliação e reforma da Escola Superior da Magistratura.

Novo Sistema de Protocolo Administrativo

Já implantado na Comarca da capital, em fase final de aperfeiçoamento, o Sistema de Protocolo Administrativo traz diversas inovações tecnológicas e implementa recursos que possibilitam o cumprimento da Instrução Normativa 02/2005, a qual disciplinou a formação de processos administrativos no âmbito do TJE/PA.

O sistema ajudará a promover a necessária integração administrativa das Comarcas, permitindo o acompanhamento da tramitação dos processos administrativos via internet.

Novo Sistema de Patrimônio

A gestão e o controle dos bens patrimoniais são fundamentais para que a administração planeje a contratação, aquisição, manutenção, legalização e alienação de bens. Implantado em agosto de 2006, o novo Sistema de Patrimônio implantou mecanismos efetivos para a melhor gerência dos bens móveis, desde o processo de aquisição até a alienação, além do cadastro e controle dos bens imóveis, consolidando todos os dados sobre documentação e estado de conservação, entre outros.

A implantação resultou em um controle efetivo da localização, responsabilidade e estado desses bens, resolvendo inclusive o recorrente problema de transferência de equipamentos sem autorização prévia da administração patrimonial.

Ampliação do parque computacional

A rede foi ampliada com a aquisição de 496 computadores, entre estações de trabalho e equipamentos servidores, e mais 179 impressoras a laser.

Vale ressaltar a doação feita pelo STF (Supremo Tribunal Federal) de 105 computadores, como forma de colaborar com a notável expansão dos serviços.

Neste período, foram alienados 102 computadores, que ficaram obsoletos ou com defeito irreparável.

Controle de Penas e Medidas Alternativas

Está em fase final de implantação na 21ª Vara Penal da Capital o módulo informatizado de controle de penas e medidas alternativas. A nova ferramenta foi integralmente desenvolvida pela Secretaria de Informática e permite o controle preciso do cumprimento das medidas e penas aplicadas, registro integral do acompanhamento psicológico e social, e produção de estatísticas e relatórios.

Por meio do projeto o serviço será implantado em outras comarcas, que também executam medidas alternativas. Com adaptações, poderá ser usado no acompanhamento e execução das penas convencionais.

Controle de Depósitos Judiciais

Um acordo de cooperação com o TJE/SC permitiu ao TJE/PA receber um sistema informatizado para controle de depósitos judiciais. Houve transferência de tecnologia do Judiciário Catarinense aos técnicos da Secretaria de Planejamento e Secretaria de Informática.

O sistema está integrado ao Banco do Estado do Pará e faz o depósito em conta única, emite boleto bancário para os depósitos judiciais e alvarás de saque automaticamente.

A principal vantagem da utilização do novo sistema é o controle efetivo dos depósitos e dos rendimentos, com baixo custo, já que recebemos o sistema sem ônus, num processo de troca de experiências e soluções, iniciado há anos pelo nosso Tribunal e hoje recomendado pelo CNJ.

Monitoramento de Precatórios

Também resultante de parceria com o TJE/SC, esta ferramenta permite um acompanhamento mais ágil e efetivo dos precatórios, incluindo simulações, parcelamentos e previsões orçamentárias de pagamento.

Sistema de Arrecadação

Em fase de desenvolvimento, o novo sistema de arrecadação permitirá o controle e fiscalização das arrecadações ao FRJ (Fundo de Reaparelhamento do Judiciário), envolvendo todas as receitas de custas judiciais e extrajudiciais. É um importante instrumento para administração do fundo, que viabiliza diversas ações do Poder Judiciário.

Os operadores do módulo de arrecadação do 2º Grau estão sendo treinados, para instalação de um sistema que substituirá as antigas guias de pagamento, preenchidas manualmente, por boletos bancários. Em fase de conclusão, o módulo de parcelamento de custas trará benefícios às partes e aos advogados.



■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■

BALANÇO DAS ATIVIDADES FORENSES



CAMARAS CIVEIS REUNIDAS - SESSÕES REALIZADAS EM 2005

Desembargador	Mandado de Segurança 2001	Ação Rescisória 2002	Embargos Infringentes 2003	Exceção de Incompet 2004	Exceção de Suspeição 2005	Embargos de Declaração 2006	Agravos Regimentais 2007	Medida Cautelar 2008	Correção Parcial 2009	Ação Cível 2010
Julgados Extra- Sessão (G03)										
Des. ^a . Osmarina Onadir Sampaio Nery	01					01				
Des. ^a . Maria Helena Coueiro Simões	08	01				03		01		
Des. ^a . Maria Helena D'Almeida Ferreira		03			01			02		
Des. ^a . Maria Izabel de Oliveira Benone	10	06			02	11				02
Des. ^a . Sonia Maria de Macedo Parente	03	01			01	05				
Des. Geraldo de Moraes Corrêa Lima	27				01	11	01			
Des. ^a . Maria do Céu Cabral Duarte	06	01				03				
Des. ^a . Marta Inês Antunes Lima	05				01	03	01			
Des. Entivaldo da Gama Ferreira	05				02	02	01			
Des. ^a . Luzia Nadja Guimarães Nascimento	06		02		05	04				04
Des. Raimundo Holanda Reis	03									
Des. ^a . Maria Rita Lima Xavier	10		01		01	02				02
Des. ^a . Eliana Rita Daher Abufaiad	08	02			02	03				
Des. ^a . Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos	04	01		01	01					
Des. Ricardo Ferreira Nunes	04					01				02
Des. ^a . Vânia Lúcia Silveira Azevedo da Silva	01			01		01	01			
Des. Constantino Augusto Guerreiro	03				01		01			
Des. ^a . Maria Angélica Ribeiro Lopes Santos										
Des. ^a . Carmencin Marques Cavalcante	01									
Dr. José Maria Teixeira do Rosário – Juiz Convocado	06	07			01	12	04	01		01
Dr. Leonardo de Noronha Tavares – Juiz Convocado	10	03			01	06				
Dr. ^a . Dahil Paraense de Souza – Juíza Convocada	11	07				05	01			01

Obs.: Desembargador Geraldo de Moraes Corrêa Lima julgou um (01) Habeas-Dana.

CAMARAS CIVEIS REUNIDAS - SESSÕES REALIZADAS EM 2005

DESEMBARGADOR	Mandado de Segurança 2001	Ação Rescisória 2002	Embargos Infringentes 2003	Exceção de Incompet. 2004	Exceção de Suspeição 2005	Embargos de Declaração 2006	Agravos Regimentais 2007	Medida Cautelar 2008	Correção Parcial 2009	Ação Cível 2010
Julgados Extra- Sessão (G03)										
Des. ^a . Albanira Lobato Bemerguy	01	01				03				
Des. ^a . Osmarina Onadir Sampaio Nery		01				01				
Des. ^a . Maria Helena D'Almeida Ferreira	10	02				03				
Des. ^a . Maria Izabel de Oliveira Benone	06	02				04				
Des. ^a . Sonia Maria de Macedo Parente	07	03				02	01			
Des. Geraldo de Moraes Corrêa Lima	21				02	02				
Des. ^a . Maria do Céu Cabral Duarte	01	01					01			
Des. ^a . Luzia Nadja Guimarães Nascimento	06	01	01		01	02				
Des. ^a . Maria Rita Lima Xavier	05					01		01	02	
Des. ^a . Eliana Rita Daher Abufaiad	24	01			01	06				
Des. ^a . Vânia Lúcia Silveira Azevedo da Silva	01									
Des. Constantino Augusto Guerreiro	25	02	01			03	02			01
Des. ^a . Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos	11	01				01				
Des. Ricardo Ferreira Nunes	13	01			03	03	01		01	01
Des. ^a . Maria Angélica Ribeiro Lopes Santos	02				02					
Des. Leonardo de Noronha Tavares	30	03			02	10	04			
Des. ^a . Mairmeide Trindade Pereira Merabet	02				01					
Des. Cláudio Augusto Montalvão das Neves	06									
Des. ^a . Maria do Carmo Araújo e Silva	01									
Dr. José Maria Teixeira do Rosário – Juiz Convocado	07	03				11	02	01		
Dr. ^a . Dahil Paraense de Souza – Juíza Convocada	05	02			01	02	02			
Dr. ^a . Célia Regina de Lima Pinheiro	01									

CÂMARA DE FÉRIAS
MOVIMENTO PROCESSUAL DO 2º GRAU – ANO: 2005
ÓRGÃO DE JULGAMENTO: CÂMARA DE FÉRIAS

DESEMBARGADOR(A)	Recurso Administrativo	Recurso Cível	Embargos de Declaração	Hábeas Corpus	Pedido de Providências
Milton Augusto de Brito Nobre					
Yvonne Santiago Marinho				6	
Osmarina Onadir Sampaio Nery					
Carmencin Marques Cavalcante		1			1
Luzia Nadja Guimarães Nascimento	8				
João José da Silva Maroja	2		1		
Maria Rita Lima Xavier	4				
Brígida Gonçalves dos Santos	5				
Marta Inês Antunes Lima				2	
Heralda Dalcinda Blanco Rendeiro				4	
Therezinha Martins da Fonseca				6	

CONSELHO DA MAGISTRATURA
MOVIMENTO PROCESSUAL DO 2º GRAU – ANO: 2005
ÓRGÃO DE JULGAMENTO: CONSELHO DA MAGISTRATURA

DESEMBARGADOR(A)	Recurso Administrativo	Recurso Cível	Embargos de Declaração	Pedido de Providências	Autos de Reclamação
Milton Augusto de Brito Nobre					
Yvonne Santiago Marinho					
Osmarina Onadir Sampaio Nery					
Carmencin Marques Cavalcante	4		1	1	
Luzia Nadja Guimarães Nascimento					
João José da Silva Maroja	1				
Maria Rita Lima Xavier	2				
Brígida Gonçalves dos Santos	2				

MOVIMENTO PROCESSUAL DO 2º GRAU – ANO: 2006
ÓRGÃO DE JULGAMENTO: CONSELHO DA MAGISTRATURA

DESEMBARGADOR(A)	Recurso Administrativo	Recurso Cível	Embargos de Declaração	Pedido de Providências	Autos de Reclamação
Milton Augusto de Brito Nobre					
Yvonne Santiago Marinho					
Osmarina Onadir Sampaio Nery					
Carmencin Marques Cavalcante		1			
Luzia Nadja Guimarães Nascimento	8			1	
João José da Silva Maroja	2		1		
Maria Rita Lima Xavier	4				
Brígida Gonçalves dos Santos	5				

TRIBUNAL PLENO - MOVIMENTO PROCESSUAL DO 2º GRAU – ANO: 2005

Desembargador(A)	Mandado de Segurança	Habeas Data	Conflito de Competência	Ação Rescisória	Exceção de Suspeição	Ação Direta de Inconstitucionalidade	Embargos de Declaração	Agravos Regimentais	Proc. Adm. Contra Magistrado	Medida Cautelar
Climentê Bernadette De A. Pontes			1				1			
Yvonne Santiago Marinho							1	2		
Albanira Lobato Bemerguy	1		2				1	1	1	
Osmarina Onadir Sampaio Nery	10					1	5			
Maria Helena Couceiro Simões	7		4				2			
Maria De Nazareth Brabo De Souza										
Maria Helena D'almeida Ferreira	7		2	2			1			
Carmencin Marques Cavalcante	1		4				2			
Heralda Dalcinda Blanco Rendeiro							1			
Sonia Maria De Macedo Parente	8							5		
Milton Augusto De Brito Nobre								1		
Geraldo De Moraes Corrêa Lima	8		4		1		2	1		
Maria Isabel De Oliveira Benone	7		4				2			1
Maria Do Céu C. Duarte	2		3				4			
Raimunda Do Carmo G. Noronha			2							
Rosa Maria Portugal Gueiros			6							
Therezinha Martins Da Fonseca			1							
Rômulo José Ferreira Nunes	1		4				1		1	
Marta Inês Antunes Lima	3						1			
Eronides Sousa Primo										
Enivaldo Da Gama Ferreira	6		10				1			
Yvette Lúcia Pinheiro										
Luzia Nadja Guimarães Nascimento	1		1		1					
João José Da Silva Maroja										
Vânia Valente Do C. F. Bitar Cunha			1							
Raimundo Holanda Reis			1							
Maria Rita Lima Xavier										
Eliana Rita Daher Abufaiad										
Brígida Gonçalves Dos Santos										
Vânia Lúcia Silveira A. Da Silva										
Constantino Augusto Guerreiro										
Maria De Nazaré S. G. Dos Santos	1									
Ricardo Ferreira Nunes										
Maria Angélica R. L. Dos Santos										
Leonardo De Noronha Tavares										

TRIBUNAL PLENO - MOVIMENTO PROCESSUAL DO 2º GRAU - ANO: 2005

Desembargador(A)	Queixa Crime	Inquérito Criminal	Representação Criminal	Recurso Administrativo	Reclamação Correticional	Ação Penal	Termo Circunscrito de Ocorrência	Pedido de Intervenção Estadual
Desembargador(A)						1		
Cláudio Benedito De A. Pontes								
Yvonne Santiago Marinho								1
Albanira Lobato Bemerguy								
Osmarina Onadir Sampaio Nery								
Maria Helena Couceiro Simões								
Maria De Nazareth Brabo De Souza				1				
Maria Helena D'almeida Ferreira								
Carmencin Marques Cavalcante		1						
Heralda Dalcinda Blanco Rendeiro								
Sonia Maria De Macedo Parente					1			
Milton Augusto De Brito Nobre								
Geraldo De Moraes Corrêa Lima				1				
Constantino Augusto Guerreiro								
Maria De Nazaré S. G. Dos Santos								
Ricardo Ferreira Nunes								
Maria Angélica R. L. Dos Santos								
Leonardo De Noronha Tavares		1	1				1	
Rômulo José Ferreira Nunes	2	1						
Marta Inês Antunes Lima								
Eronides Sousa Primo								
Enivaldo Da Gama Ferreira								
Yvette Lúcia Pinheiro								
Luzia Nadja Guimarães Nascimento								
João José Da Silva Maroja				2				
Vânia Valente Do C. F. Bitar Cunha								
Raimundo Holanda Reis								
Maria Rita Lima Xavier								
Eliana Rita Daher Abufaiad								
Brígida Gonçalves Dos Santos								
Vânia Lúcia Silveira A. Da Silva								
Constantino Augusto Guerreiro								
Maria De Nazaré S. G. Dos Santos								
Ricardo Ferreira Nunes								
Maria Angélica R. L. Dos Santos								
Leonardo De Noronha Tavares								

ÓRGÃOS DE JULGAMENTO CÍVEIS / CRIMINAIS RECURSOS
1ª CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS - Período: janeiro/dezembro 2005

Ofícios Expedidos	709
Processos Distribuídos	304
Processos Julgados Em Sessão	573
Remessa ao Setor De Acórdãos	629
Acórdãos Publicados	570
Remessa ao Juízo de Origem	761
Remessa ao M.p.	233
Remessa à Presidência	02
Remessa à Vice-presidência	591
Remessa à Assessoria	204
Remessa ao S.T.F.	24
Remessa ao S.T.J.	70

Fonte: Secretaria de Informática (SAP2G); Resenhas.

1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA
Período: janeiro/outubro 2006

Ofícios Expedidos	481
Processos Distribuídos	1277
Processos Julgados Em Sessão	437
Remessa ao Setor de Acórdãos	520
Acórdãos Publicados	513
Remessa ao Juízo de Origem	703
Remessa ao M.p.	278
Remessa à Presidência	02
Remessa à Vice-presidência	1050
Remessa à Assessoria	74
Remessa ao S.T.F.	05
Remessa ao S.T.J.	32

Fonte: Secretaria de Informática (SAP2G); Resenhas.

SECRETARIA DA 3ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA
RECURSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS PELA 3ª CCI
RECURSOS DISTRIBUÍDOS À 3ª CCI

	DISTRIBUÍDOS - ANO 2006
AGRAVO DE INSTRUMENTO	607
APELAÇÃO CÍVEL	452
REEXAME DE SENTENÇA	54
REEXAME DE SENTENÇA E APELAÇÃO CÍVEL	59
TOTAL	1.172

RECURSOS JULGADOS PELA 3ª CCI

	Julgados - Ano 2006
Agravo de Instrumento	382
Apelação Cível	237
Reexame de Sentença	34
Reexame de Sentença e Apelação Cível	51
Agravo Interno	10
Agravo Regimental	20
Embargos de Declaração	103
Agravo Inominado	1
Total	838

Decisões Monocráticas	310
-----------------------	-----

Dados extraídos dos relatórios fornecidos pela Informática do TJ/PA
Julgamentos extras-pautas – dados levantados na resenha das sessões.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA SECRETARIA DA 3ª CCI - ANO 2006

Processos Arquivados	13
Processos Remetidos ao Ministério Público	525
Processos Remetidos ao STF	17
Processos Remetidos ao STJ	46
Pedido de Julgamento	650
Juntada de documentos	916
Expedição de Certidão	515
Expedição de Certidão de Trânsito em Julgado	1063
Cartas de Sentença Providenciadas	7
Remessa ao Setor de Acórdãos	722
Expedição de Ofícios	835
Recebimento de A.R (Correios)	738
Resenhas Publicadas no D.J	1765
Remessa ao Setor de Acórdãos	722
Expedição de Mandados	179
Vista	562
Remessa à Vara de Origem	1117
Conclusos à Vice-presidência	237
Conclusos à Assessoria da Presidência	207

Dados extraídos dos Relatórios do SAP2G do TJ/PA

2ª CÂMARA CRIMINAL ISOLADA

RELATÓRIO DE PROCESSOS/PERÍODO 01.01.2006/30.09.2005

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS POR RELATOR INTEGRANTE DA CÂMARA

DESA. RAIMUNDA GOMES NORONHA	Distribuídos	À Redistribuição	Julgados
Apelação Penal	29		59
Recurso Penal em Sentido Estrito	11		13
Recurso Penal Ex-Ofício	01		05
Correição Parcial			01
Recurso de Agravo em Execução Penal	01		01
DESA. ROSA Mª PORTUGAL GUEIROS	Distribuídos	À Redistribuição	Julgados
Apelação Penal	18		08
Recurso Penal em Sentido Estrito	03		03
Recurso Penal Ex-ofício	01		
Correição Parcial			01
Carta Testemunhável			01
DES. RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES	Distribuídos	À Redistribuição	Julgados
Apelação Penal	28		34
Recurso Penal em Sentido Estrito	05		03
Recurso Penal Ex-ofício	01		02
Correição Parcial	01		01
Carta Testemunhável	01		
Reexame de Sentença	01		
DESA. VANIA FORTES BITAR	Distribuídos	À Redistribuição	Julgados
Apelação Penal	21		21
Recurso Penal em Sentido Estrito	04		05
Recurso Penal Ex-Ofício			
PROCESSOS RECEBIDOS DA CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROCESSOS JULGADOS			
RECURSO:	Distribuídos	À Redistribuição	Julgados
Apelação Penal	96		122
Recurso Penal em Sentido Estrito	23		24
Carta Testemunhável			01
Recurso Penal Ex-Ofício	05		03
Correição Parcial	01		01
Recurso de Agravo em Execução Penal	01		01
Reexame de Sentença	01		01

JULGADOS EXTRA-PAUTA:

Desa. Raimunda Gomes Noronha:	01 Embargo de Declaração
Desa. Rosa Maria Portugal Gueiros:	01 Embargo de Declaração
Des. Rômulo José Ferreira Nunes:	01 Embargo de Declaração
Desa. Vânia Fortes Bitar:	02 Embargos de Declaração

Obs. Dados Extraídos dos mapas mensais elaborados pela Secretaria da 2ª Câmara Criminal Isolada.

Total de Despachos no período acima referidos, observado Relatório de Estatística de Despacho Conforme Sap. 2º Grau.: 445

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DO INTERIOR
MAPA DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO - PERÍODO: 09.01.06 A 31.10.06

MOVIMENTO	TOTAL
Expedientes Recebidos pelo Protocolo e Devidamente Despachados	7363
Autuações	348
Autos de Solicitação	01
Autos de Solicitação de Concurso Público	01
Autos de Comunicação	01
Autos de Correição e Avocação de Autos	01
Autos de Correição Extraordinária em Cartório Extrajudicial	01
Consulta	03
Diferença de Subsídio	01
Encaminhamento de Relatório Sobre Invasão e Furto de Objetos	01
Inspeção Correicional nos Livros do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Senador José	01
Pedido de Autorização	05
Pedido de Certidão	01
Pedido de Contagem de Tempo de Serviço	05
Pedido de Diárias	33
Pedido de Diferença de Reajuste do Subsídio	01
Pedido de Desbloqueio de Matrícula	03
Pedido de Designação	01
Pedido de Efetivação	02
Pedido de Efetivação no Cargo de Auxiliar Judiciário	01
Pedido de Efetivação no Cargo de Titular de Serventia	07
Pedido de Estabilidade no Serviço Público	01
Pedido de Férias	130
Pedido de Fornecimento de Material	01
Pedido de Formação de Corpo Voluntário e Credenciado do Juizado da Infância e da Juventude e do Programa de Cadastramento de Crianças Disponíveis p/ Adoção e de Pessoas Interessadas em Adotar.	01
Pedido de Implantação de Cartório	02
Pedido de Informação	02
Pedido de Instalação de Comarca	02
Pedido de Instalação de Cartório	03
Pedido de Instalação de Sucursal de Cartório	01
Pedido de Nomeação na Qualidade de Titular do Cartório de Notas da Comarca de Itaituba	01
Pedido de Pagamento de Ajuda de Custo	15
Pedido de Pagamento de Renda do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Igarapé-Miri	01
Pedido de Parcelamento de Débito	01

80

CONTINUAÇÃO

MOVIMENTO	TOTAL
Pedido de Permanência para Continuar Exercendo As Atividades Em Cartório Extrajudicial	01
Pedido de Providências	189
Pedido de Reconsideração	03
Pedido de Recontagem de Tempo de Serviço	02
Pedido de Reintegração ao Cargo	01
Pedido de Relotação	01
Pedido de Remoção de Funcionários/serventuários	02
Pedido de Transferência	04
Pedido de Transferência ou Licença	01
Pedido de Transferência de Preso	261
Processo Administrativo	12
Promoção	35
Reclamação Correicional	07
Relatório Especial Sobre o Cartório Extrajudicial do Único Ofício de Portel	01
Relatório Especial sobre Matrícula	01
Remoção	46
Representação	14
Requerimento	01
Sindicância	15
Sugestão p/ o Projeto do Novo Código Judiciário do Estado	01
Vitalicamentos	07
Aviso	21
Correições realizadas	36
Decisões proferidas	590
Edital	02
Instruções	07
Memorando Expedidos	20
Ofícios Circulares Expedidos	149
Ofícios Expedidos	2606
Pareceres Proferidos pela Assessoria Jurídica	590
Portarias Expedidas	89
Provimentos	14
Provimento Conjunto	02
Processo Administrativo Disciplinar Instaurado	16
Resenhas	75
Recurso ao Conselho da Magistratura	04
Sindicância Administrativa Instaurada	27

81

FEITOS CRIMINAIS

	2005	2006 (Até Out)
Produtividade Diversa		
Inquérito Recebido	555	512
Inquérito Redistribuído	165	92
Inquérito Arquivado	163	648
Preventiva Recebida	1	2
Preventiva Decretada	1	5
Preventiva Revogada	1	4
Liberdade Prov. Concedida	31	24
Flagrante Recebido	29	33
Flagrante Mantido	20	21
Flagrante Relaxado	8	10
Precatória Expedida	48	51
Audiência Marcada	488	390
Audiência Realizada	409	278
Pessoas Ouvidas	741	668
Despacho de Expediente	1.778	1.752
Despacho Interlocutório	797	974
Ações Penais Iniciadas	262	171
Ações Penais Julgadas	165	184
Ações Penais Arquivadas	105	199
Ações Penais Suspensas	81	52
Proc Enc. do TJE	9	4
Proc Devolv. pelo TJE	2	0

FEITOS CÍVEIS

	2005	2006 (Até Out)
Produtividade Diversa		
Ações		
Iniciadas	108	70
Julgadas	18	24
Arquivadas	0	01
Enviadas ao TJE	01	07
Petições Iniciais		
Recebidas	108	72
Redistribuídas	14	01
Indeferidas	05	01
Despachos		
Expediente	135	115
Interlocutório	35	13
Certidões Expedidas		
Certidão de Antecedentes Criminais	15.706	12.348

COORDENADORIA DOS PRECATÓRIOS - RELATÓRIO 2006

OFÍCIOS REQUISITÓRIOS EXPEDIDOS ATÉ 01.07.2006

ENTIDADES DEVEDORAS	QUANTIDADE
Estado para pagamento no exercício de 2007	45
IGEPREV para pagamento no exercício de 2007	28
Municípios para pagamento no exercício de 2007	11
TOTAL	84

OFÍCIOS REQUISITÓRIOS EXPEDIDOS APÓS 01.07.2006

ENTIDADES DEVEDORAS	QUANTIDADE
Estado para pagamento no exercício de 2008	15
IGEPREV para pagamento no exercício de 2008	04
Municípios para pagamento no exercício de 2008	03
TOTAL	22

REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR EXPEDIDAS 2006

ENTIDADES DEVEDORAS	QUANTIDADE
Estado	08
IGEPREV	09
Municípios	-
TOTAL	17

EXPEDIENTE RECEBIDOS 2006

ESPÉCIES	QUANTIDADE
Memorandos	07
Ofícios Banpará Comprovando Pagamento Credor	185
Ofícios Comunicando Depósito	52
Pedidos de Reconsideração	08
Pedido de Ordem Processual (Pop):	67
Apresentação de Alvarás:	26
Requerimento Para Tributação Pessoa Jurídica	17
Requerimento Isenção Imposto de Renda	05
Pedido de Seqüestro	17
Pedido de Atualização de Débito	06
Agravo Regimental	11
Pedido de Homologação de Acordo	11
TOTAL	412

PROCESSOS AGUARDANDO DEPÓSITO PARA PAGAMENTO 2006

ENTIDADES DEVEDORAS	QUANTIDADE
Estado	28
IGEPREV	50
Municípios	12
TOTAL	90

PROCESSOS AGUARDANDO DEPÓSITO PARA PAGAMENTO 2007	
ENTIDADES DEVEDORAS	QUANTIDADE
Estado	45
IGEPREV	28
Municípios	11
Requisição de Pequeno Valor	08
TOTAL	92

PROCESSOS AGUARDANDO DEPÓSITO PARA PAGAMENTO 2008	
ENTIDADES DEVEDORAS	QUANTIDADE
Estado	15
IGEPREV	04
Municípios	03
TOTAL	22

PAGAMENTOS EFETUADOS AOS CREDORES	
ENTIDADES DEVEDORAS	QUANTIDADE
Estado (incluindo ações coletivas)	54
IGEPREV (incluindo ações coletivas)	135
Municípios (incluindo ações coletivas)	41
Detran (incluindo ações coletivas)	02
TOTAL	232

DESPACHOS PROFERIDOS	
ESPÉCIE	QUANTIDADE
Pedido de Ordem Processual	67
Liberação de Crédito	232
Determinando Inclusão no Orçamento	106
Determinando pagamento de RPV	17
Deferindo Sequestro	18
Homologação de Acordo	11
Remessa ao Ministério Público	163
Remessa ao Controle Interno	86
Deferindo desconto de IRRF Pessoa Jurídica	19
Deferindo Isenção IRRF	05
Deferindo Abandamento de Honorários Contratuais	25
Sobrestamento de Precatório (decisão STF)	06
Diligência ao Juízo de origem	15
Diligência ao Relator	07
Cumprimento de Penhora no Rosto dos Autos	01
Determinando disponibilização de crédito à vara	01
TOTAL	779

PROCESSOS EM ANDAMENTO	
ESPÉCIE	QUANTIDADE
Aguardando Alvará Judicial (óbito do beneficiário)	20
Aguardando Comprovação de Bloqueio	30
Aguardando Prazo Recursal	13
Em diligência	17
Aguardando depósito	90
Controle Interno	09
Ministério Público	05
TOTAL	184

PROCESSOS AUTUADOS	
ESPÉCIE	QUANTIDADE
Crédito Alimentar	75
Crédito Comum	22
Requisição de Pequeno Valor	17
TOTAL	114

PROCESSOS LIQUIDADOS ENVIADOS P ARQUIVO EXERCÍCIO 1999/2000/2001	
ENTIDADES DEVEDORAS	QUANTIDADE
IGEPREV	09
TOTAL	09

RESENHAS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA	
ESPÉCIE	QUANTIDADE
Despachos	159
TOTAL	159

MIGRAÇÃO DOS CRÉDITOS DA POUPANÇA PARA CONTA ÚNICA DO TJE/PA	
ESPÉCIE	VALOR (R\$)
Precatórios	7.800.000,00
TOTAL	7.800.000,00

CONVÊNIO CELEBRADO TRIBUNAL DE SANTA CATARINA	
ESPÉCIE	Situação
1- Implantação do Sistema Informatizado de Precatórios	Previsão para disponibilização: Jan/2007
- Trein. de servidor da Informática em Santa Catarina	Relizado em 07 a 11/08/2006
- Trein. no TJE/PA com servidor de Santa Catarina	Relizado em 21 a 25/08/2006
- Trein. de servidores da Coordenadoria no TJ/SC	Realizado em 16 a 20/10/2006

Juizados promovem inclusão social

Atender a todos os jurisdicionados do Estado do Pará, com igualdade e o devido respeito aos cidadãos, que muitas vezes ainda estão distantes dos grandes centros e sem o acesso necessário às condições mínimas de sobrevivência e dignidade, é um dos principais anseios do Tribunal de Justiça do Estado. Com este propósito, o TJE desenvolve projetos, realiza suas atividades e combate a injustiça.

Esta característica da nossa gestão está impressa nas mais diferentes formas de atuação do TJE, tanto na realização de mutirões - para que presos provisórios ou condenados tenham seus processos analisados no tempo previsto -, na promoção de cursos para seus servidores ou atendendo à população em localidades distantes.

A participação em programas como “Balcão de Direitos”, do Ministério Público Estadual, “Chance Para Todos”, da Marinha do Brasil, e “Justiça Solidária”, do Tribunal Regional do Trabalho, exemplifica o compromisso assumido com a sociedade paraense.

A criação de um Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher também merece destaque, pois garante às mulheres, e por extensão a toda a família, a sensação de proteção e o combate à impunidade.

Com base nesses objetivos os Juizados Especiais atuam e recebem atenção especial, como melhorias infra-estruturais, qualificação profissional e investimentos na área tecnológica.

MUTIRÕES - Em 2005 foram realizados vários mutirões, sob a responsabilidade do 4º e do 6º Juizado Especial Criminal. No período de 9 de fevereiro a 10 de março de 2006, o 6º Juizado continuou os mutirões, tendo sido designado para auxiliar o juiz Geraldo Neves Leite, do Juizado Especial do PAAR. Nesta segunda etapa foram registrados 467 despachos e 811 sentenças.

CURSOS - Em fevereiro de 2006, o TJE promoveu cursos de capacitação aos profissionais dos Juizados Especiais, priorizando o curso de Atualização em Juizado Especial Criminal, para magistrados e servidores das antigas Pretorias Criminais, e o Seminário de Capacitação de Profissionais para o Enfrentamento das Agressões contra o Sexo Feminino.

O Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher desenvolveu o Projeto “Maria, Maria”, inscrito para participar do Prêmio Inovare, visitado pelo avaliador em outubro de 2006.

Complementando a assistência prestada à mulher foi criado o “Grupo de Reflexão e Escuta Mútua Para Homens, Mulheres e Casais em Situação de Violência Doméstica e Familiar”, coordenado pelo Albergue Emanuelle R. Diniz, vinculado à FUNPAPA (Fundação Papa João XXIII), instituição da Prefeitura Municipal de Belém.

Justiça e Juizados Especiais Itinerantes

Além dos trabalhos regulamentares, os Juizados Especiais do Estado, via Coordenadoria Geral, desenvolvem o Programa “Justiça e Juizado Especial Itinerantes”, que leva atendimento judiciário a bairros afastados, dentro da Região Metropolitana, e a outros municípios de difícil acesso.

O Programa tem parceria com o Ministério Público do Estado (Programa Ministério Público e a Comunidade), Defensoria Pública Estadual (Programa Balcão de Direitos) e Marinha do Brasil (Programa Chance para Todos).

“Chance Para Todos XV”

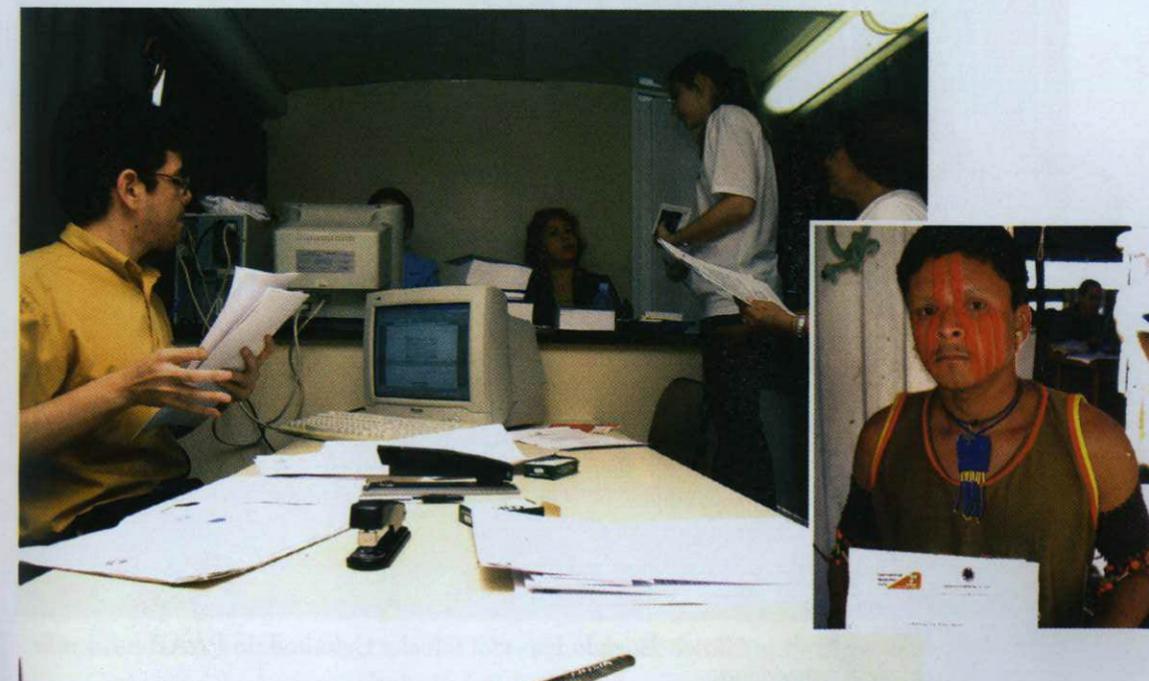
Em julho de 2005, por iniciativa do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), foi realizada importante operação no Rio Xingu, levando o atendimento do Estado a ribeirinhos daquela região.

Ainda em 2005 foi realizada outra ação de impacto no município de Anapu, na região da Transamazônica, mais conhecido por diversos conflitos fundiários. O atendimento superou as expectativas, totalizando 400 procedimentos. Nunca a Justiça Itinerante tinha atuado tão distante da capital paraense.

Em abril de 2006, o Programa participou do primeiro projeto “Ação Cidadã”, de iniciativa do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), que ocorreu simultaneamente em todo o país. No Pará foi realizado na Comarca de Ananindeua.

Prossegue a participação nos seguintes projetos: Ação Global, iniciativa do SESI e da Rede Globo de Televisão, que em 2005 aconteceu na Comarca de São Miguel do Guamá; “Justiça Solidária”, do Tribunal Regional do Trabalho, e na Ação promovida pela Associação de Mulheres do Bairro do Jurunas.

Vale ressaltar que em 2006, por se tratar de ano eleitoral, muitos pedidos de Justiça Itinerante deixaram de ser atendidos, para não vincular a imagem do Judiciário a campanhas políticas.



Reformas e adaptações na estrutura dos Juizados

Ainda em 2005 foi realizada a instalação da estrutura física e da logística, para interligar à rede do TJE os seguintes Juizados Especiais: Central Cível I e II, Acidentes de Veículos I e II, Cidade Nova Cível e Criminal, e Icoaraci Cível e Criminal.

Em 2006 foi reformado o prédio situado na Avenida da 25 de Setembro para abrigar o novo Juizado Especial do Consumidor da Cidade Velha, que funciona no mesmo local do extinto Juizado Especial de Acidente de Veículos II. As obras de reforma também incluíram a sala de atendimento dos Juizados Especiais Cíveis Central I e II.

Em outubro de 2006 foram feitas obras de adaptação do imóvel locado para sediar o Juizado Especial Cível e o Juizado Especial Criminal da Comarca de Castanhal, cuja estrutura estava inadequada ao atendimento dos jurisdicionados.

Estão informatizados e interligados ao Sistema do Tribunal de Justiça, desde outubro de 2006, os seguintes Juizados Especiais: Juizado Especial Cível do Consumidor, Juizado Especial Cível Central I e II, Juizado Especial de Acidentes de Veículos, Juizado Especial Cível e Criminal de Mosqueiro e os Juizados Especiais Cíveis da UNAMA I e II.

OUTRAS ATIVIDADES - Em dezembro de 2005 um novo prédio passou a abrigar o Juizado Especial do PAAR e o Especial Cível de Ananindeua, proporcionando melhores condições de trabalho e aumentando a proximidade destes com suas respectivas jurisdições.

Atualmente, os Juizados Especiais têm 21 Varas de Juizado Especial, quatro Juizados Especiais e duas Turmas Recursais. No interior, são vinte e sete Juizados Especiais.



Cerimônia de entrega do prédio do Juizado Especial Cível e Criminal do PAAR e Juizado Especial Cível de Ananindeua.

TURMAS RECURSAIS – Em 2004 houve uma reunião geral com os juízes das Turmas Recursais, cujas deliberações foram devidamente aplicadas durante o biênio 2005/2006.

No decorrer de 2005 foram publicadas duas revistas de jurisprudência, com base nos julgados das Turmas Recursais. As revistas são um excelente meio de divulgação, servindo tanto de apoio para os advogados que atuam no âmbito dos Juizados Especiais quanto de fonte de pesquisa para estudantes e jurisdicionados em geral.

Os exemplares foram encaminhados aos titulares dos Juizados da Capital e do Interior, e distribuídos gratuitamente aos que solicitaram, na Secretaria das Turmas Recursais.

O crescente aumento do número de recursos nas Turmas Recursais já mostra a necessidade de instalação de mais uma Turma Recursal, assunto tratado de maneira informal entre a Coordenadora dos Juizados e a Assessoria Direta da Presidência.

Decisões melhoram atividades nos Juizados Especiais

Em 2005, as antigas Pretorias Criminais foram transformadas em Juizados Especiais Criminais, ampliando o número dessas instituições em Belém, que antes contava apenas com o Juizado Especial Criminal do Jurunas e com os do Distrito de Mosqueiro e de Icoaraci. Uma mudança que representa mais agilidade na solução dos conflitos de natureza penal.

Já em agosto de 2006, inauguramos o Juizado Especial Cível e Criminal, em convênio com a Faculdade Ideal-FACI, com competência para processar e julgar exclusivamente os crimes contra o meio ambiente, na capital do Estado.

A iniciativa deu continuidade aos processos do antigo Juizado Especial Cível da Cidade Velha, uma vez que abrange quase toda a jurisdição da área. Um grande avanço à efetiva proteção ao meio ambiente, assunto da ordem do dia, principalmente por estarmos dentro da região amazônica.

Considerando o crescente número de ações, o Juizado da Cidade Velha foi transformado em Juizado Especial do Consumidor, que funciona no prédio da 25 de Setembro, e passou a atender os bairros mais afastados do centro da cidade. Sendo importante destacar que agora a Comarca de Belém conta com 03 (três) Juizados Especiais do Consumidor.

Em 2006, também foi criado o Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Bárbara, vinculado à Comarca de Benevides.

Por outro lado, a fim de evitar despesas com a manutenção de Juizados com pouco movimento, foram extintos os das Comarcas de Capanema, Capitão Poço, Goianésia, Mãe do Rio, Moju, São João do Araguaia, Tomé Açu e Viseu, e, unificados, os Juizados Especiais das Comarcas de Abaetetuba, Bragança, Breves, Conceição do Araguaia, Itaituba e Santa Izabel.

Combate à violência contra a mulher

Em 2006 também merece destaque a criação do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, instalado no prédio onde antes funcionava o Juizado Especial de Acidentes de Veículo II, em razão da pequena quantidade de processos em trâmite e considerando a crescente demanda para o combate à violência contra as mulheres.

A inauguração foi em 08 de março, Dia Internacional da Mulher, representando um verdadeiro marco no Judiciário Brasileiro.

OBRAS REALIZADAS

Em 2005, ocorreram reformas e ampliações dos prédios dos Juizados Especiais de Icoaraci, Cidade Nova, PAAR e Ananindeua.



DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO DO "PROJETO JUSTIÇA E JUIZADO ESPECIAL ITINERANTE" - 2005.

Período	Localidade	Total de Atendimentos
06/03	Município de Belém- AMJUR (Bairro do Jurunas)	73
08/03	Município de Belém – Presença Viva (Aldeia Cabana)	130
09 a 10/03	Município de São João do Araguaia	82
24/03 a 02/04	Municípios de Anajás e Breves - "Chance Para Todos XIII"	469
29 a 31/05	Município de Breves – ACIDES	285
28/05	Distrito de Icoaraci-VIII FESACI	96
23 a 24/05	Município de Muaná	55
30/05 a 02/06	Município de Ourém	323
01 a 02/06	Município de Melgaço	332
02 e 03/06	Município de Portel	828
11/06	Município de Belém-Praça do Operário	162
05 a 09/07	Município de Baião – Presença Viva	61
04 a 20/07	Município de Altamira– IBAMA	365
06 a 15/07	Município de Breves – Chance para Todos	842
22 a 27/07	Município de Oriximiná- Balcão de Direitos	166
10/09	Município de São Miguel do Guamá – Ação Global	65
05 a 08/08	Município de Óbidos – Termo de Juruti	811
14/09	Município de Ponta de Pedras	13
01/10	Distrito de Icoaraci – Balcão de Direitos	60
05 e 06/10	Município de Redenção – Mutirão	65
22/10	Município de Belém – Justiça Solidária TRT	104
07 a 11/11	Município de Anapu	377
29/10	Município de Belém – UNAMA	26
29/10	Município de Belém – FACI	05
18 e 19/11	Município de Bannach – Comarca de Rio Maria	*
24 e 25/11	Município de Marabá – MP e a Comunidade	*
26/11	Município de Belém – CEFET	16
03/12	Município de Belém – SAL	26
12 a 22/12	Marinha do Brasil – Chance para Todos	781
TOTAL		6.618

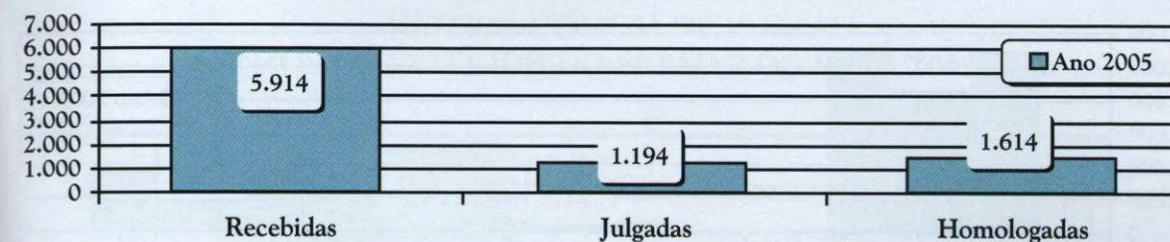
DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO DO "PROJETO JUSTIÇA E JUIZADO ESPECIAL ITINERANTE" - 2006

Período	Localidade	Total de Atendimentos
09 a 12/02	Município de Castanhal – Balcão de Direitos	*
22 a 25/02	Município de Paragominas- Balcão de Direitos	*
05/03	Município de Belém- AMJUR (Bairro do Juruans)	135
08/03	Município de Belém – Presença Viva (Aldeia Cabana)	*
15 a 17/03	Termo Judicial de Inhangapi	*
18/03	Município de Belém – CEFET	93
23 a 26/03	Município de São Miguel do Guamá- Presença Viva	*
25/03	Distrito de Mosqueiro-Ação Cidadania	*
28 a 31/03	Município de Viseu - Presença Viva	*
29/04	Município de Tomé-Açu-EMATER	*
11 a 20/04	Chance Para Todos XVI	671
29/04	Município de Redenção – Projeto Ser Cidadão	*
30/04	Município de Ananindeua-Ação Cidadã (SBT)	292
21/05	Município de Belém- Lions Clube	53
04/06	Município de Ananindeua – Juizado do PAAR	39
24/06	Distrito de Icoaraci – Estudante Legal	24
21/07 a 02/08	Chance Para Todos XVII	617
27 a 28/10	Município de Marabá – Evento Idoso Cidadão	*
21/10	Município de Belém – UNAMA (Dia Nacional da Livre Iniciativa)	20
TOTAL		1.924

* A Comarca não informou os respectivos dados estatísticos



JUSTIÇA DE 1º GRAU – JUIZADO ESPECIAL REGIÃO METROPOLITANA
AÇÕES PENAIS RECEBIDAS E JULGADAS EM 2005

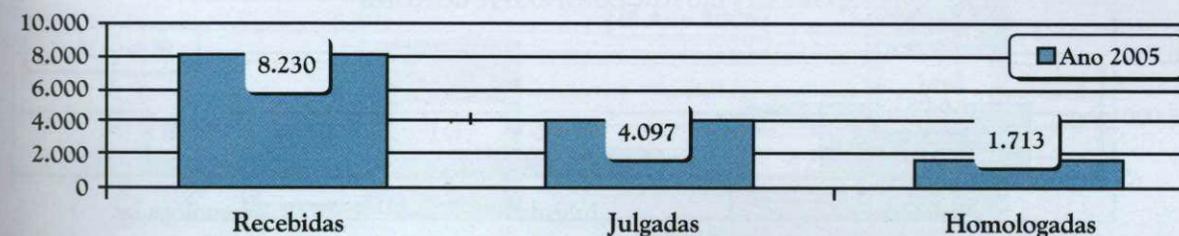


Comarcas	Recebidas	Julgadas	Homologadas (Audiência de Conciliação)	Homologadas (Transação)	Homologadas (Suspensão do Processo)
Ananindeua	1.257	100	303	163	009
Belém	4.473	1.072	605	370	129
Marituba	184	22	24	11	-
Total	5.914	1.194	932	544	138

Fonte : Divisão de Banco de Dados do Poder Judiciário
Captação de dados Até 12 de dezembro de 2005

* Dados fornecidos dos Juizados Especiais da Região Metropolitana de Belém – Janeiro a Outubro/2005;

JUSTIÇA DE 1º GRAU – JUIZADO ESPECIAL REGIÃO METROPOLITANA
AÇÕES CÍVEIS RECEBIDAS E JULGADAS

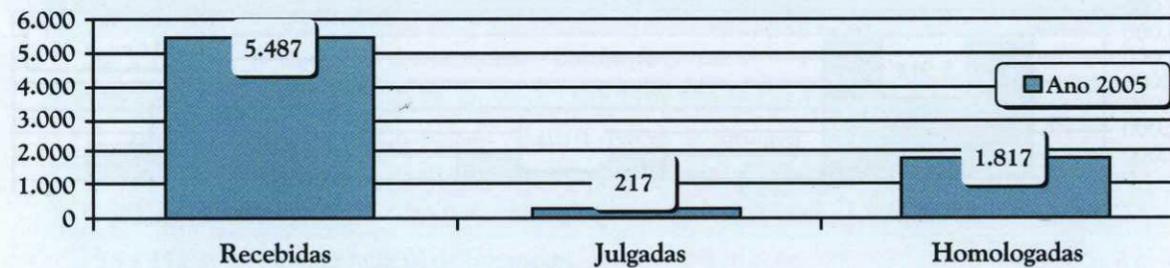


Comarcas	Recebidas	Julgadas	Homologadas (Audiência de Conciliação)
Ananindeua	996	755	330
Belém	7.137	3.329	1.356
Marituba	97	13	27
Total	8.230	4.097	1.713

Fonte : Divisão de Banco de Dados do Poder Judiciário
Captação de Dados até 12 de Dezembro de 2005

* Dados Fornecidos pelos Juizados Especiais da Região Metropolitana de Belém – Janeiro a Outubro/2005;

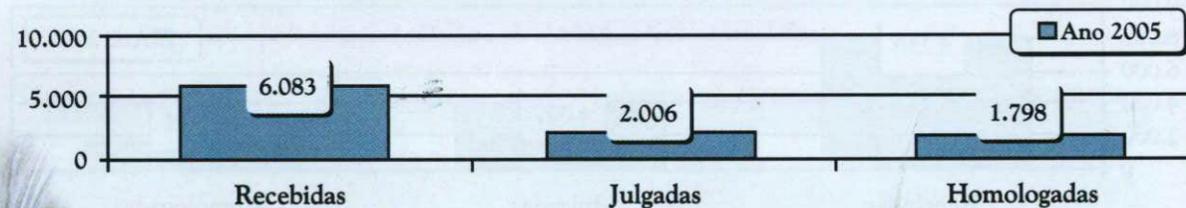
JUSTIÇA DE 1º GRAU – JUIZADO ESPECIAL COMARCAS DO INTERIOR
AÇÕES PENAIS RECEBIDAS E JULGADAS



Comarcas	Recebidas	Julgadas	Homologadas (Audiência de Conciliação)	Homologadas (Transação)	Homologadas (Suspensão do Processo)
INTERIOR	5.487	217	965	690	162
TOTAL	5.487	217	965	690	162

Fonte : Divisão de Banco de Dados do Poder Judiciário
Captação dos Dados até 12 de dezembro de 2005
• Dados Fornecidos pelos Juizados Especiais das Comarcas do Interior – Janeiro a Outubro/2005;

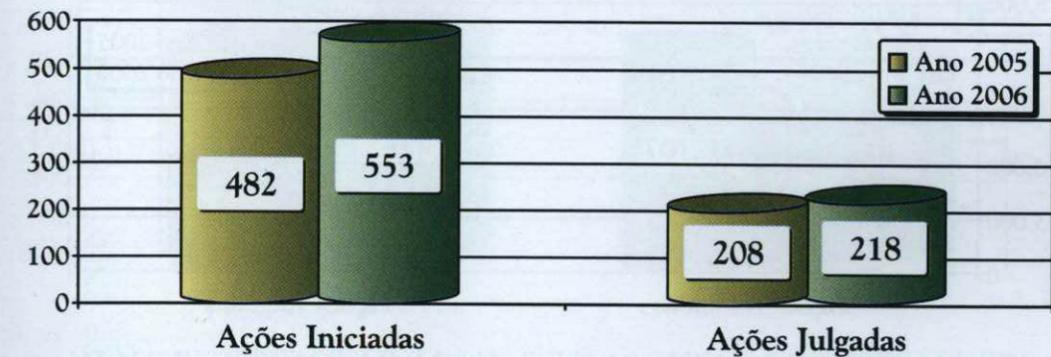
JUSTIÇA DE 1º GRAU – JUIZADO ESPECIAL DAS COMARCAS DO INTERIOR
AÇÕES CÍVEIS RECEBIDAS E JULGADAS



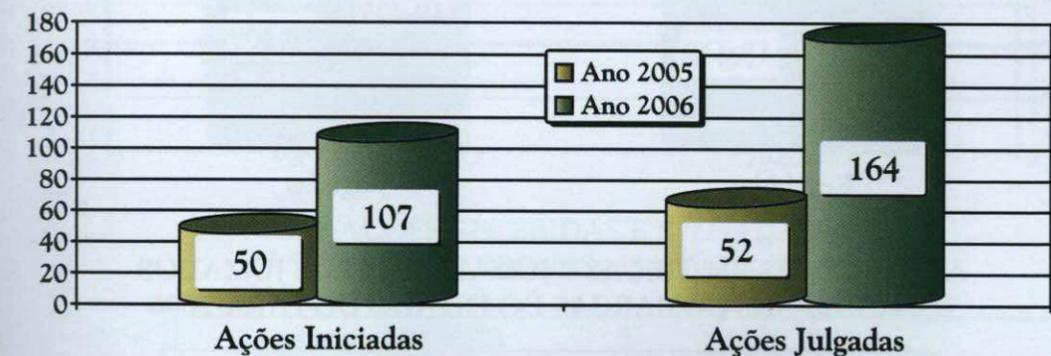
Comarcas	Recebidas	Julgadas	Homologadas (Audiência de Conciliação)
Interior	6.083	2.006	1.798
TOTAL	6.083	2.006	1.798

Fonte : Divisão de Banco de Dados do Poder Judiciário
Captação dos dados até 12 de dezembro de 2005
• Dados fornecidos pelos Juizados Especiais das Comarcas do Interior – Janeiro a Outubro/2005;

DEMONSTRATIVO APROXIMADO DO MOVIMENTO PROCESSUAL
AÇÕES CÍVEIS RECEBIDAS E JULGADAS
JUSTIÇA COMUM DE 1º GRAU
TERMOS DO INTERIOR DO ESTADO DO PARÁ 2005/2006



DEMONSTRATIVO APROXIMADO DO MOVIMENTO PROCESSUAL
AÇÕES PENAIS RECEBIDAS E JULGADAS
JUSTIÇA COMUM DE 1º GRAU
TERMOS DO INTERIOR DO ESTADO DO PARÁ 2005/2006



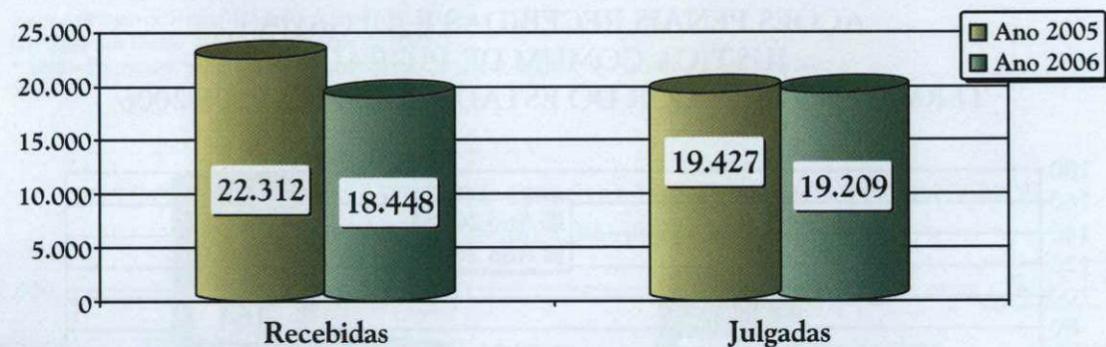
DEMONSTRATIVO APROXIMADO DO MOVIMENTO PROCESSUAL
AÇÕES CÍVEIS RECEBIDAS E JULGADAS
JUSTIÇA COMUM DE 1º GRAU
COMARCAS DO INTERIOR DO ESTADO DO PARÁ 2005/2006



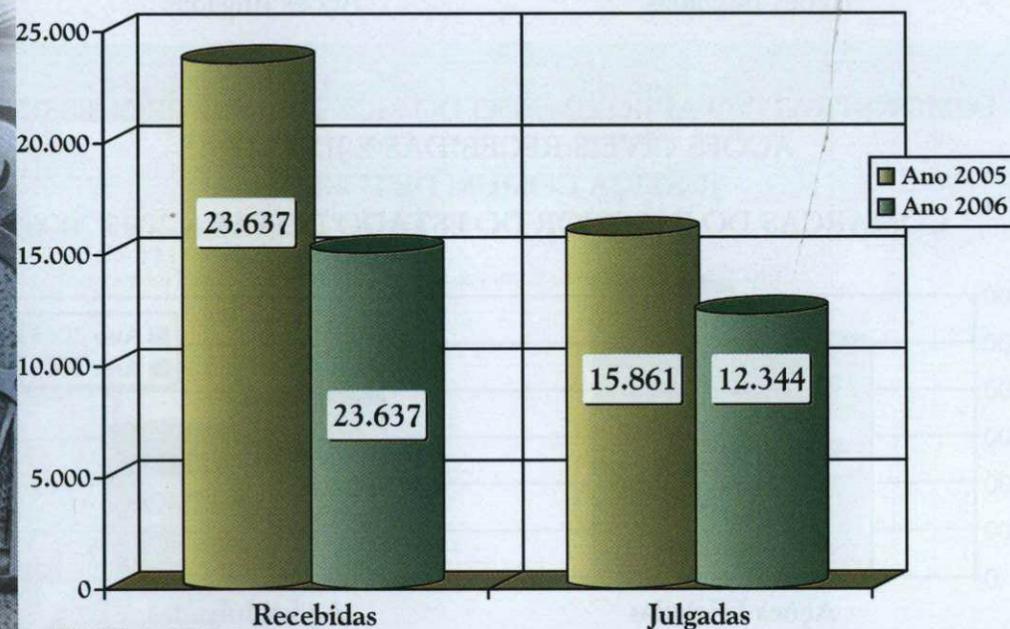
DEMONSTRATIVO APROXIMADO DO MOVIMENTO PROCESSUAL
AÇÕES PENAIS RECEBIDAS E JULGADAS
JUSTIÇA COMUM DE 1º GRAU
COMARCAS DO INTERIOR DO ESTADO DO PARÁ 2005/2006



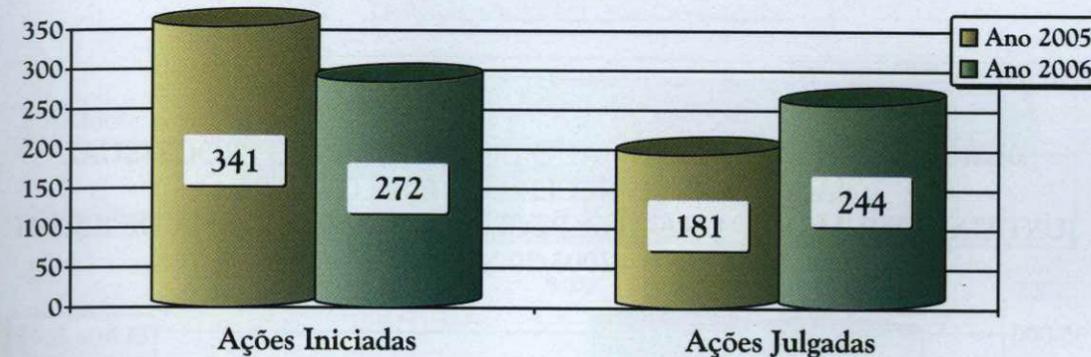
AÇÕES PENAIS RECEBIDAS E JULGADAS PELOS JUIZADOS ESPECIAIS
NAS COMARCAS DO ESTADO DO PARÁ 2005/2006



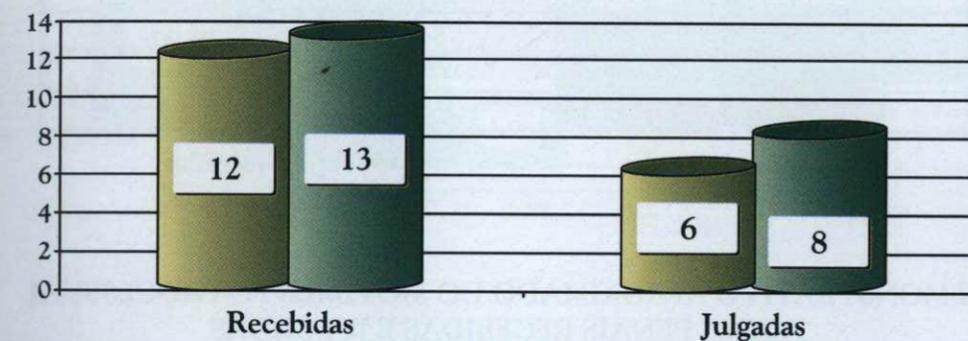
AÇÕES CÍVEIS RECEBIDAS E JULGADAS PELOS JUIZADOS
ESPECIAIS NAS COMARCAS DO ESTADO DO PARÁ-2006



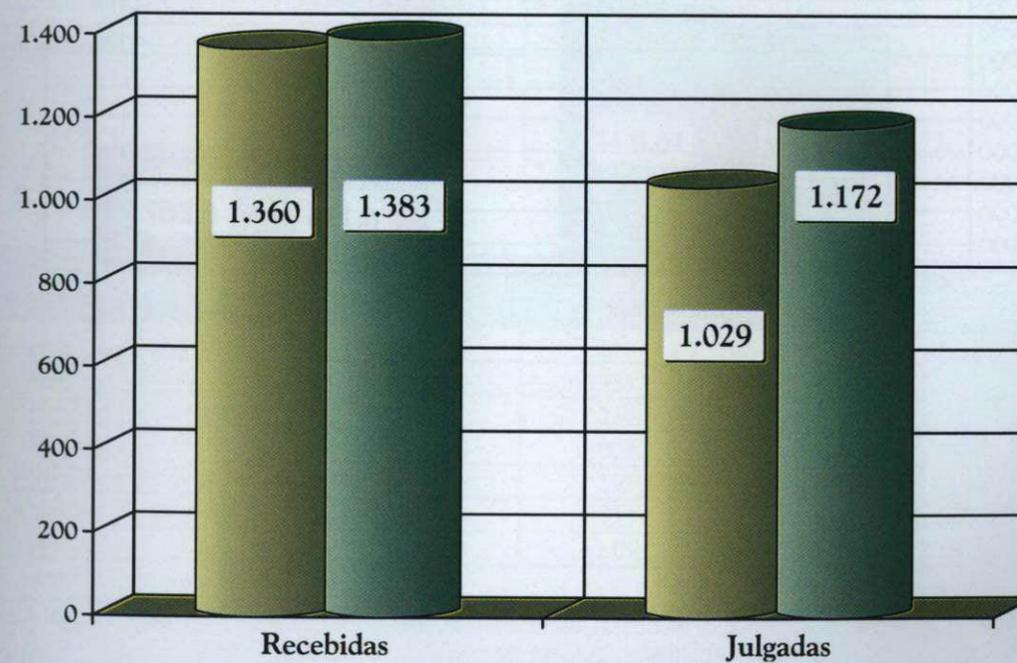
DEMONSTRATIVO APROXIMADO DO MOVIMENTO PROCESSUAL
AÇÕES PENAIS E CÍVEIS RECEBIDAS E JULGADAS
JUSTIÇA MILITAR - 2005/2006



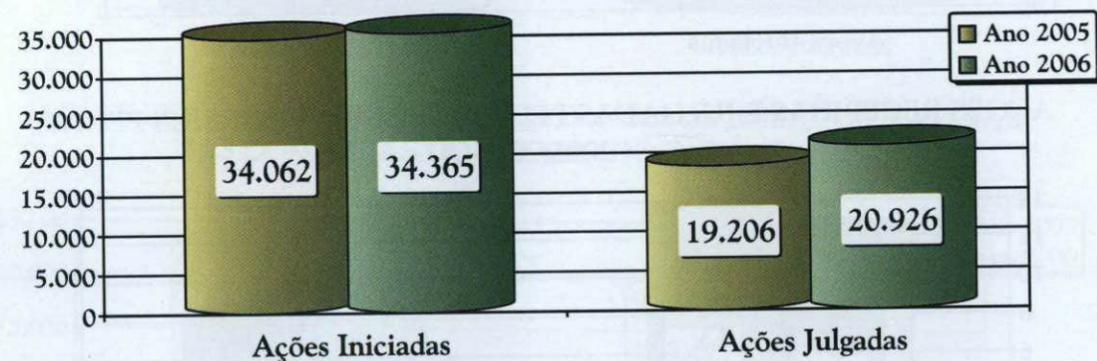
AÇÕES RECEBIDAS E JULGADAS PELAS TURMAS RECURSAIS PENAIS
2005/2006



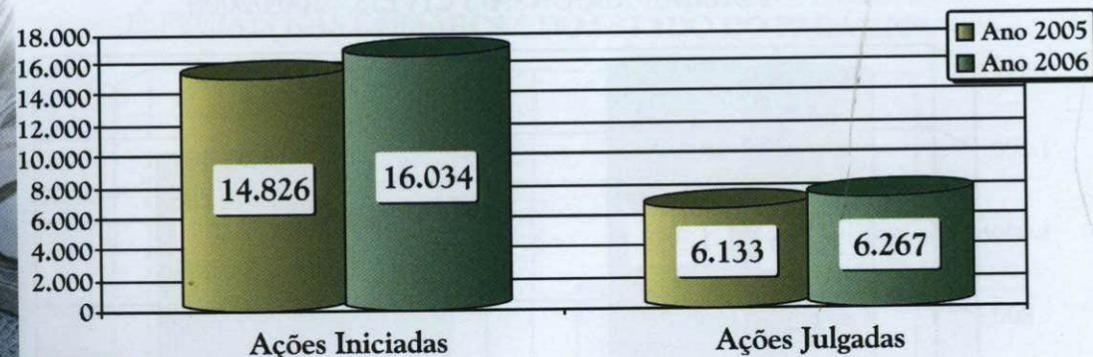
AÇÕES RECEBIDAS E JULGADAS PELAS
TURMAS RECURSAIS CÍVEIS - 2005/2006



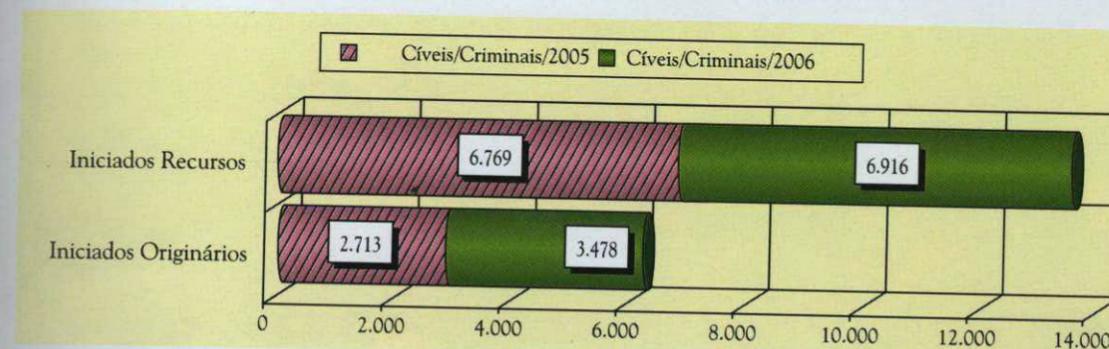
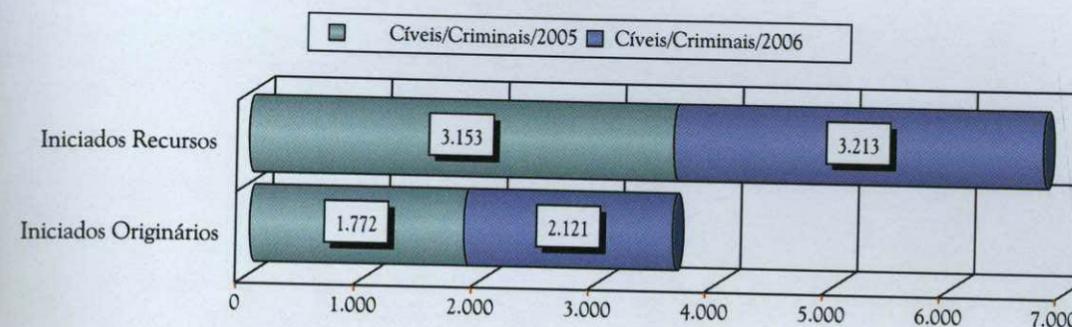
DEMONSTRATIVO APROXIMADO DO MOVIMENTO PROCESSUAL
AÇÕES CÍVEIS RECEBIDAS E JULGADAS
JUSTIÇA COMUM DE 1º GRAU NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
2005/2006



DEMONSTRATIVO APROXIMADO DO MOVIMENTO PROCESSUAL
AÇÕES PENAIS RECEBIDAS E JULGADAS
JUSTIÇA COMUM DE 1º GRAU NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
2005/2006



MOVIMENTO PROCESSUAL DO TJE/PA
PELOS ÓRGÃOS DE JULGAMENTO DURANTE O ANO DE 2005/2006



ÓRGÃOS DE JULGAMENTO CÍVEIS/CRIMINAIS ORIGINÁRIOS	INICIADOS 2005	INICIADOS 2006	JULGADOS 2005	JULGADOS 2006
TRIBUNAL PLENO	383	241	322	522
CÂMARA DE FÉRIAS	15	-	20	-
CÂMARA ESPECIAL	-	25	-	13
CONSELHO DA MAGISTRATURA	31	35	25	41
CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS	209	348	678	636
CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS	1.134	1.472	1.668	2.259
TOTAL	1772	2.121	2.713	3.478

ÓRGÃOS DE JULGAMENTO CÍVEIS/CRIMINAIS RECURSOS	INICIADOS 2004	INICIADOS 2005	JULGADOS 2004	JULGADOS 2005
1ª CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS	367	813	1.390	1.192
2ª CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS	900	755	2.131	2.415
3ª CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS	1.322	1.114	2.160	2.164
1ª CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS	150	205	305	332
2ª CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS	216	192	440	467
3ª CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS	198	134	343	246
TOTAL	3.153	3.213	6.769	6.916

FONTE: ASSESSORIA TÉCNICO ADMINISTRATIVA
CAPTAÇÃO DOS DADOS ATÉ 19 DE DEZEMBRO DE 2006
DADOS FORNECIDOS PELO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO - SAP2GRAU - DURANTE OS ANOS DE 2005/2006

E V E N T O S



Os eventos mais importantes que marcaram os 2 anos de gestão

Várias atividades foram desenvolvidas em 2006, sempre privilegiando a opinião dos servidores durante os cursos promovidos, com destaque para os seguintes eventos:

- 3º Seminário Regional da Magistratura Paraense, realizado de 30 de março a 01 de abril de 2006, no município de Marabá;
- 4º Seminário Regional da Magistratura Paraense, realizado de 31 de maio a 03 de junho de 2006, no município de Barcarena;
- II Seminário Internacional Adoção e Cidadania-Adoção: O lado oculto da História, realizado de 30 de agosto a 01 de setembro de 2006, no Auditório Des. Agnano de Moura Monteiro Lopes;
- Seminário "O Processo Judicial Eletrônico: Bases Legais, Meios Tecnológicos e os Caminhos para Modernização do Judiciário", realizado no dia 12 de outubro de 2006, no Auditório Des. Agnano de Moura Monteiro Lopes;
- Seleção de estagiários e voluntários, coordenação do treinamento para assessorarem os Juízes no Dia Nacional da Conciliação (08/12/06).
- Treinamentos ministrados pelas instrutoras deste Serviço de Treinamento e Formação para servidores deste Tribunal, na Capital e Comarcas do Interior:
- "Etiqueta Profissional e Marketing Pessoal" - público-alvo: motoristas do Tribunal e terceirizados.
- "Trabalhando o clima no local de trabalho", realizado no dia 06 de novembro de 2006, na Escola Superior da Magistratura, objetivando dar boas-vindas e integrar os novos servidores concursados.
- Participação e colaboração na VII Semana da Saúde do Poder Judiciário.
- Seminário sobre Processo Judicial Eletrônico - Em dezembro de 2006 foi realizado um importante seminário sobre o processo judicial eletrônico, que contou com a presença maciça de magistrados, representantes do MP, OAB e servidores, além de representantes do CNJ, Conselho Federal da OAB, TJE/RS, ICP-Brasil e entidades privadas, que proferiram palestras. Entre os temas apresentados e debatidos, o Projeto de Lei 5.828, que tramita no Congresso Nacional, os conceitos sobre certificação digital e um estudo de caso do TJE/RS.

EVENTOS EM 2005

FEVEREIRO

- Visita do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Soldatelli Rossetto; do ouvidor agrário nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho; do senador Fernando Flexa Ribeiro; do prefeito de Belém, Duciomar Costa; dos alunos do curso de Direito da Unama.
- Encerramento do estágio de adolescentes atendidos pelo convênio entre o TJE e a Secretaria Especial de Proteção Social, através da Funcap. Dia 17, no auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.
- Abertura da 1ª Reunião Anual da Magistratura do Estado do Pará. Dia 19, no auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.

MARÇO

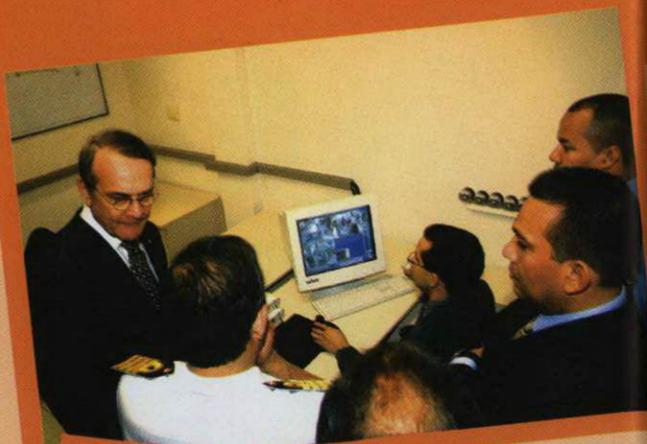
- Visita da embaixadora do Canadá no Brasil, Suzane La Porte.
- Vitaliciamento de 22 novos juízes substitutos. Dia 16, no plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares.

ABRIL

- Visita dos alunos dos cursos superiores de Tecnologia em Comunicação Jurídica e Comunicação Empresarial da FAZ.
- Assinatura do contrato de comodato entre o TJE e a Secretaria Especial de Defesa Social (Polícia Militar do Estado). Dia 08, no Salão Nobre do Tribunal.
- Apresentação do Projeto SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência. Dia 25, no Auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.
- Posse de 15 novos juízes substitutos. Dia 27, no Plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares.
- Culto ecumênico de celebração da Páscoa, Dia do Trabalho e Dia das Mães. Dia 29, no Auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.

MAIO

- Posse de serventuários do TJE. Dia 03, no Auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.
- Assinatura de convênio de Cooperação Técnica e Financeira entre o TJE e o Governo do Estado, para a construção da nova sede do Tribunal. Dia 05, no antigo prédio do Colégio Lauro Sodré.



- “Federalização em Debate”, promovido pela Associação dos Magistrados do Estado do Pará, com o apoio do TJE. Dia 06, no Auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.
- Posse dos desembargadores Vânia Lúcia Silveira Azevedo da Silva, Constantino Augusto Guerreiro e Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos. Dia 19, no plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares.
- Vitaliciamento de 17 juízes substitutos. Dia 25, no plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares.

JUNHO

- Posse do desembargador Ricardo Ferreira Nunes. Dia 06, no Salão Nobre.
- Assinatura de convênio de cooperação técnica, material e jurisdicional, entre o TJE e a Prefeitura de Belém, para a agilização de ações fiscais. Dia 17, no Salão Nobre.
- Conferência “Endividamento rural, com ênfase para operações realizadas com recursos financeiros dos fundos constitucionais”, promovida pelo TJE, em parceria com a Associação dos Magistrados do Estado do Pará e Federação da Agricultura do Estado do Pará. Dia 17, no Auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.

JULHO

- Lançamento da publicação “Guia Prático – Justiça e Comunicação Social”, editada pelo TJE, para subsidiar o trabalho dos jornalistas paraenses em matérias relativas ao Poder Judiciário. Dia 21, no Parque da Residência.

AGOSTO

- Visita dos alunos do curso de Direito da Unama.
- Comemoração do 178º Aniversário da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil e outorga da Ordem do Mérito Judiciário do TJE. Dia 11, na Estação das Docas.
- Abertura da exposição comemorativa “O Advogado e a Justiça no Estado do Pará”, também em comemoração ao aniversário dos cursos jurídicos. Dia 11, no Museu do Judiciário.
- Apresentação do vídeo institucional “Associação dos Amigos da Universidade Federal do Pará”. Dia 29, no Auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.
- Abertura da VII Semana da Saúde e Qualidade de Vida do Poder Judiciário. Dia 30, no Auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.

SETEMBRO

- Visita do cônsul geral do Japão no Pará, Shigeo Nakakarumai.
- Lançamento do 12º volume da série “Perfil dos Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Pará”, que homenageou o desembargador Manoel de Christo Alves Filho. Dia 02, no auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.
- “Primeiro Seminário Regional da Magistratura Paraense”. Dia 08, em Bragança.
- Visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré e celebração do Rito da Benção. Dia 30, no prédio do TJE e na praça República do Líbano.

OUTUBRO

- Outorga da Ordem do Mérito Judiciário. Dia 07, no Museu de Arte Sacra.
- Posse da desembargadora Maria Angélica Ribeiro Lopes Santos. Dia 20, no plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares.

NOVEMBRO

- Reinauguração do fórum Doutor João Batista Ferreira de Souza. Dia 18, em São Miguel do Guamá.
- Reinauguração do fórum Pretor José Ribamar de Moura. Dia 18, em Salinópolis.

DEZEMBRO

- Visita da representante especial do secretário geral da ONU, Hina Jilani.
- “Segundo Seminário Regional da Magistratura Paraense”. De 01 a 03, em Santarém.
- Aniversário de criação da Assessoria Militar do TJE. Dia 08, no auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.
- Promoção dos juízes Ademar Gomes Evangelista, Maria Laudelina da Rocha Barata Oliveira, Maria Betânia Paes Rodrigues e Edmar Silva Pereira, para a comarca da capital. Dia 09.
- Outorga da Ordem do Mérito Judiciário, em comemoração ao Dia da Justiça. Dia 12, no Museu de Arte Sacra.
- Inauguração do novo prédio do Juizado Especial do PAAR. Dia 12.
- Confraternização natalina. Dia 17, na Estação das Docas.
- Posse do desembargador Leonardo Noronha Tavares. Dia 19, no plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares.



EVENTOS EM 2006

FEVEREIRO

- II Reunião Anual da Magistratura Paraense, no Auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.
- Visita dos alunos do Curso de Direito da Universidade Federal do Pará, no Auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.

MARÇO

- Dia Internacional da Mulher, inauguração e instalação do Juizado Especial da Mulher, Fórum Desembargador Ary da Motta Silveira.
- 3º Seminário Regional da Magistratura Paraense, realizado no município de Marabá.
- Visita de Despedida do Vice-Almirante Marcus Vinicius Oliveira dos Santos, Comandante do IV Distrito Naval e, de apresentação do novo comandante, Newton Cardoso.

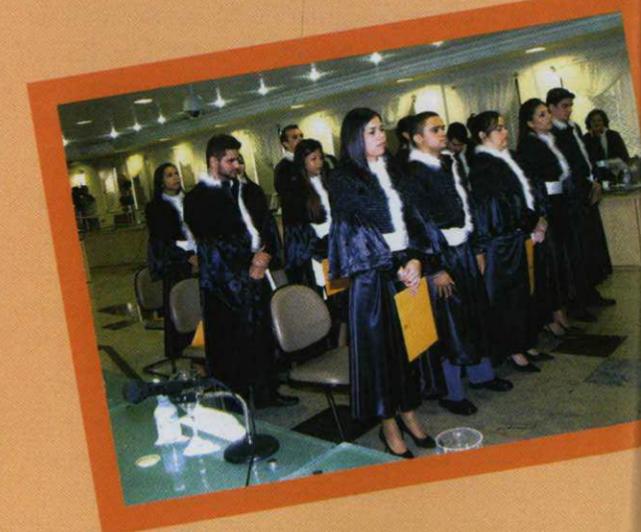
ABRIL

- Cerimônia de encerramento do estágio remunerado, dos adolescentes, assistidos pela FUNCAP, numa parceria do Governo do Estado do Pará e o TJE-Pa., Auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.
- Cerimônia de Instalação da 2ª Vara da Comarca de Barcarena.
- Cerimônia de Assinatura do Termo Aditivo do Convênio do Projeto Conquistando a Liberdade.
- Homenagem de despedida das Desembargadoras Izabel Benone e Clemenê Pontes, quando de suas aposentadorias.
- Apresentação, pelo Prefeito Municipal de Belém, Duciomar Costa, do Projeto Portal da Amazônia.
- Cerimônia de Inauguração do Complexo Temporário de Custódia de Presos.
- Visita Oficial do Senhor Takahiro Horimura, Embaixador do Japão, acompanhado dos Senhores Shigeo Nanakarumai, Cônsul-Geral do Japão e dos Secretários Yoshiaki Kamakura e Takahiro Iwato.

MAIO

- Sessão Solene de Posse da Juíza Marneide Trindade Pereira Merabet, no cargo de Desembargadora, Plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares.

- Sessão Solene de Vitaliciamento de Juizes do TJE-Pa., Plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares
- Culto Ecumênico e Café da Manhã, em comemoração à Páscoa, Dia do Trabalho e ao Dia das Mães dos Magistrados e Servidores da Comarca da Capital.
- Sessão Solene de Posse do Juiz Claudio Augusto Montalvão das Neves, no cargo de Desembargador
- Abertura do 4º Seminário Regional da Magistratura Paraense em Barcarena.
- Visita do General de Divisão Jarbas Bueno da Costa, Comandante da 8ª Região Militar, juntamente com o General de Divisão Jeannot Jansen da Silva Filho, novo Comandante da 8ª Região Militar.
- Visita do Desembargador Sebastião Teixeira Chaves, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.



JUNHO

- Lançamentos dos livros: "Federalismo no Brasil – O Poder Constituinte Decorrente na Jurisprudência do STF", de autoria do Juiz Magno Guedes Chagas. "Interpretação Constitucional no Controle Judicial dos Políticas Públicas", de autoria da Juíza Marília Lourindo dos Santos.
- Aposição da fotografia da Desembargadora Maria de Nazareth Brabo de Souza, na galeria dos ex-Presidentes. Lançamento do livro "Crônicas – Repensando a Vida", de autoria da Desembargadora Maria Izabel Benone.
- Cerimônia de Outorga da Comenda Desembargador Ermano Rodrigues do Couto, a diversas personalidades civis e militares.
- Cerimônia de Instalação do Juizado Especial no prédio da FACI – Faculdade Ideal.
- Cerimônia de Instalação do Juizado Especial no Município de Santa Bárbara do Pará.
- Visita Oficial dos Embaixadores: Áustria, Senhor Werner Brandstetter; Finlândia, Senhor Hannu Uusi-Videnoja; Bélgica, Senhor Johan Bellegeer; Países Baixos, Senhor Onno Hatting Van T'sant; Suécia, Senhora Margareta Winberg; Romênia, Senhora Mônica Mariana Grigorescu; Delegação da Comissão Européia, Senhor João José Soares Pacheco.

- Visita dos Desembargadores do TJE-Pa, ao canteiro de obras do novo prédio sede do Tribunal de Justiça do Estado. (o Desembargador Milton Nobre, recepcionou na condição de Governador do Estado, em exercício)

JULHO

- Sessão Solene de Posse dos novos Juízes Substitutos do Estado do Pará
- Cerimônia de reinauguração do prédio do Fórum Doutor Salvador Rangel de Borborema na Comarca de Santa Isabel do Pará.
- Visita do Senhor Seyed Jafar Hashemi, Embaixador do Irã no Brasil.

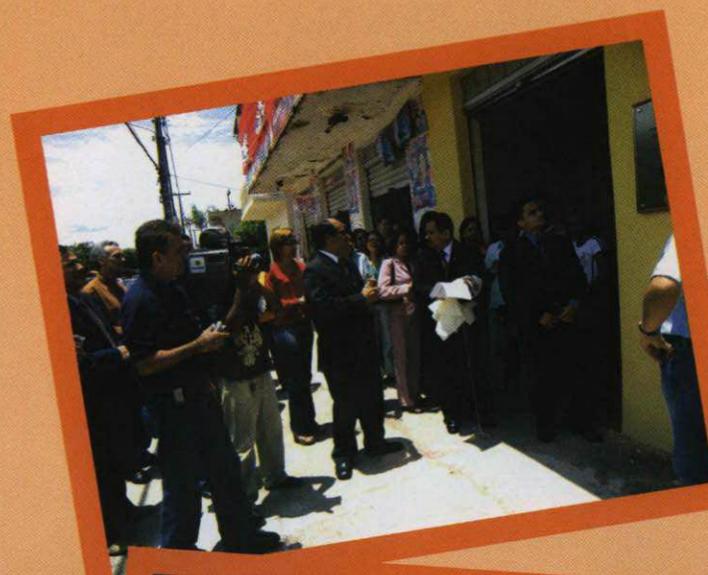
AGOSTO

- Sessão Solene de Posse da Juíza Maria do Carmo Araújo e Silva, no cargo de Desembargadora deste Tribunal.
- Cerimônia de Promoção de Juízes para a Comarca da Capital.



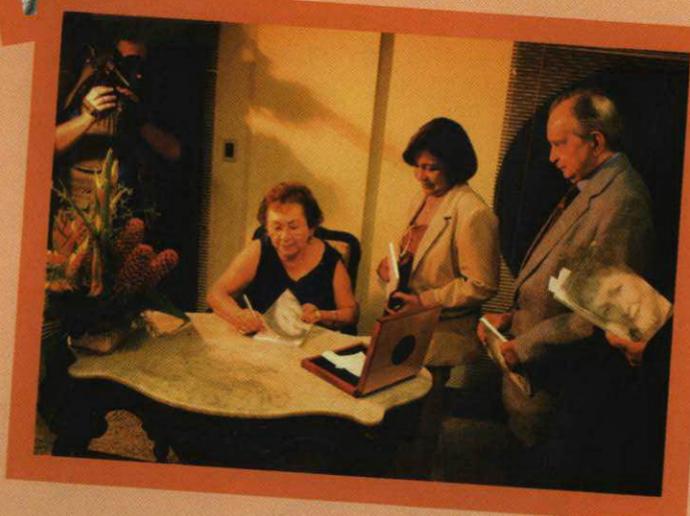
- Cerimônia em comemoração ao transcurso do 179º aniversário da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil, outorga da Comenda da Ordem do Mérito Judiciário à diversas personalidades, dentre outras: Ministros Francisco Peçanha Martins, Vice-Presidente do STJ e José Augusto Delgado.

- Visita dos Desembargadores-Presidentes: Hugo Bengtsson, TJE MG; Claudionor Duarte, TJE MS; - Raimundo Nonatoval, TJE AP, e José Fernandes Filho, Colégio de Presidentes.
- Cerimônia de Abertura do II Seminário Internacional de Adoção e Cidadania.



SETEMBRO

- Lançamento do livro, Audiência Única e Celeridade do Procedimento, de autoria do Doutor Roberto Andrés Itzcovich, Juiz de Direito da Comarca de Santa Luzia do Pará.
- Cerimônia de Instalação de 2 Varas na Vara Distrital de Icoaraci.
- Apresentação do Projeto SERVIMUSICA, promoção da Escola de Governo do Estado do Pará.
- Abertura do Fórum Jurídico de Fomento Mercantil, promoção do Sindicato de Factorings do Pará e do TJE-Pa.
- Inauguração do novo Fórum da Comarca de Acará.
 - Abertura do Seminário Justiça Federal na Amazônia – Desafios e Perspectivas.
 - Visita da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Nazaré. (eventos que o TJE-Pa. participou como apoiador).



OUTUBRO

- Primeira reunião preparatória do Dia Nacional da Conciliação.
- Cerimônia de Promoção de 17 Juizes para a Comarca da Capital.
- Cerimônia de Abertura do Seminário: O processo Judicial Eletrônico, Bases Legais, Meios Tecnológicos e os Caminhos para Modernização do Judiciário.



- Cerimônia de Instalação da Vara Agrária na Comarca de Redenção.
- Cerimônia de Posse dos Novos Servidores do TJE-Pa.

Auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes

- Visita ao Complexo Arquitetônico Sede do Poder Judiciário. Pelos desembargadores da ativa e aposentados.
- Visita ao Complexo Arquitetônico Sede do Poder Judiciário. Por Oficiais Gerais: Comandante do IV Distrito Naval e o Chefe do Estado Maior; Comandante da 8ª Região Militar e 8ª Divisão do Exército e o Chefe do Estado Maior; Comandante do 1º COMAR e o Chefe do Estado Maior.

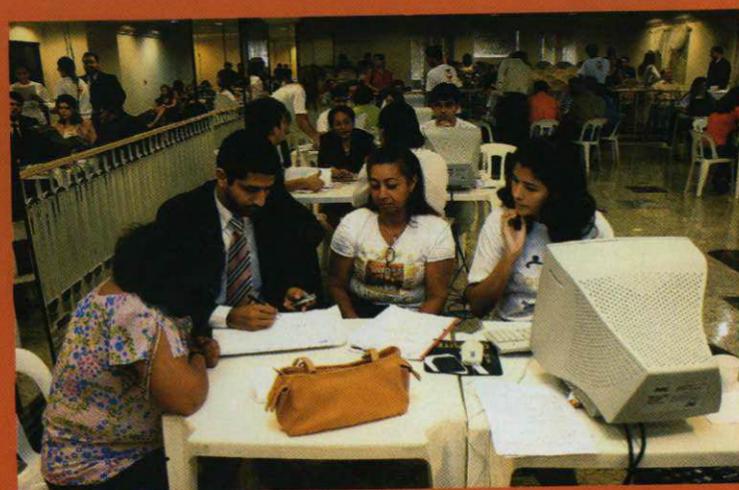
NOVEMBRO

- Cerimônia de Posse dos Novos Servidores do Tribunal.
- Cerimônia de Posse da Juíza de Direito Célia Regina de Lima Pinheiro, no cargo de Desembargadora.
- Visita ao Complexo Arquitetônico pelos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado; Procuradores do Ministério Público junto ao TCE; Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas dos Municípios; Procuradores do Ministério Público junto ao TCM.
- Visita dos Desembargadores (Ativos e Aposentados)
- Visita dos Oficiais Gerais: Comandante e Chefe do Estado Maior do IV DN; Comandante e Chefe do Estado Maior da 8ª Região Militar e 8ª Divisão de Exército; Comandante e Chefe do Estado maior do 1º COMAR.
- Visita do Governador do Estado do Pará.

Visita Ministério Público Estadual, Federal e a Justiça Federal; Procurador Geral de Justiça e Procuradores de Justiça do Estado; Procuradores Regionais da República; Juizes Federais.

- Visita da Classe Jurídica; Defensora Pública Geral e Defensores Públicos da Capital
- Visitantes: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e Procurador Chefe do TRT; Juizes do TER-Pa.; Procurador Geral do Estado.
- Visitantes: Magistratura: Juizes e Pretores da Capital e Região Metropolitana; Auditor Militar; Juizes Aposentados.
- Visitantes: Agências de Publicidade e Propaganda; Imprensa; Grupo Liberal; Grupo RBA; Grupo TBN; Fundação Nazaré; Rede Record; Funtelpa; Rauland; SBT; Editores Informativos (UNAMA, CESUPA, FACI, FIBRA, UEPA, UFPA.)
- Visitantes: Deputados Estaduais; Vereadores.
- Visitantes: Classe Empresarial; FIEPA; FAEPA; FECOMÉRCIO; CDL; SEBRAE; ASPAS; ACP.



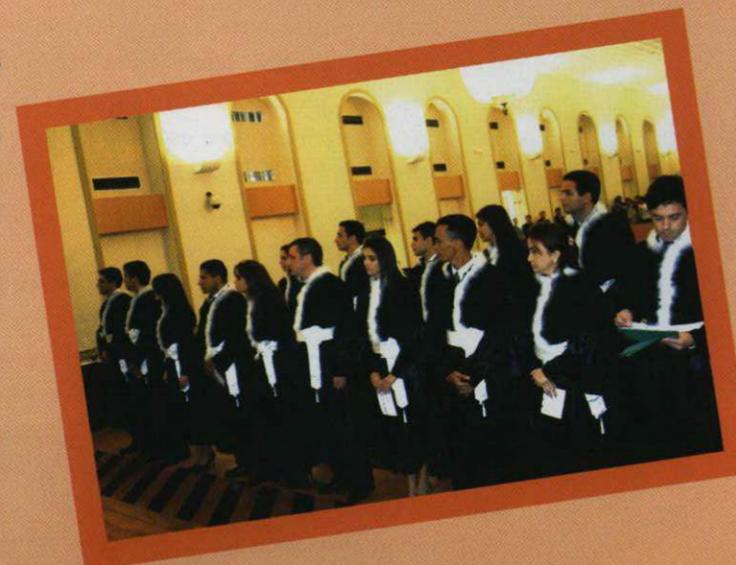


DEZEMBRO

- Programação alusiva a instalação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará em sua nova sede. Pela manhã: Hasteamento das Bandeiras; Culto Ecumênico. Outorga da Comenda da Ordem do Mérito Judiciários, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Pela tarde: Sessão Solene de Instalação, com a participação da Ministra Ellen Gracie, Presidente do STF.
- Dia Nacional de Conciliação
- Sessão Solene de Posse da Juíza de Direito Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, no cargo de Desembargadora deste Tribunal.
- Lançamento do livro "Um Gênio da Literatura Turca", de autoria do Juiz de Direito Roberto Moura.
- Festa de confraternização de natal final de ano dos servidores e magistrados lotados na Comarca da Capital.

Eventos em janeiro de 2007

- Cerimônia de Outorga da Comenda da Ordem do Mérito Judiciário à diversas personalidades.
- Cerimônia de Instalação de Vara na Comarca de Paragominas; Cerimônia de Instalação de Vara na Comarca de Castanhal; Cerimônia de Instalação de Vara na Comarca de Benevides; Cerimônia de Instalação de Vara na Comarca de Marituba.
- Cerimônia de Instalação de Vara na Comarca de Barcarena.
- Solenidade de Premiação da Personalidade de Informática e Telecomunicações 2006, ao Desembargador Milton Nobre, Presidente do TJE-Pa., promoção da Sucesu Regional Pará.
- Cerimônias de Instalação de Varas nas Comarcas de Santarém e Altamira.
- Sessão Solene de Posse dos novos Juizes Substitutos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
- Cerimônia de Inauguração das novas instalações da Escola Superior da Magistratura e de Outorga da Medalha Comemorativa da Inauguração do Edifício Sede do TJE-Pa.
- Cerimônias de Instalações de Varas nas Comarcas de Tucuruí, Marabá e Redenção.
- Cerimônia de Instalação da Comarca de Jacareacanga.
- Cerimônia de Inauguração do novo Fórum Desembargador Álvaro Pantoja Pimentel, da Comarca de Vigia.
- Missa em Ação de Graças, em homenagem aos novos dirigentes do TJE-Pa., biênio 2007/2008.



Escola da Magistratura oferecerá curso à distância

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Milton Nobre, inaugurou, no final da tarde do dia 24 de janeiro de 2007, as novas instalações da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará. O prédio teve ampliado o número de salas de aula, biblioteca, laboratório de informática e ganhou um salão multifuncional, dentre outros espaços criados. A ESM está localizada à Travessa Quintino Bocaiúva, 1388, entre as avenidas Nazaré e Governador José Malcher.

A cerimônia foi prestigiada por diversas autoridades, como a Vice-Presidente do TJE, desembargadora Albanira Bemerguy, a Diretora da ESM, desembargadora Sônia Parente, o Vice-Governador do Estado, Odair Corrêa, a procuradora Alayde Teixeira, que representou o Ministério Público, a advogada Sílvia Mourão, que representou a OAB/PA, dentre outras personalidades civis e militares. Na ocasião, o desembargador Milton Nobre condecorou, com a Medalha Comemorativa da Inauguração do Edifício Sede do Tribunal, algumas pessoas que participaram e colaboraram, de algum modo, para a concretização da nova sede do Judiciário. Dentre elas estavam engenheiros e arquitetos.

Na cerimônia de inauguração, o desembargador Milton Nobre destacou a satisfação de inaugurar a nova sede da ESM, reformada e ampliada. Com as novas instalações a instituição terá melhores condições e infraestrutura para oferecer, a magistrados e servidores, cursos mais diversos, treinando, aperfeiçoando e especializando os que ajudam a construir o Judiciário paraense. Com a interligação das 105 comarcas do Estado, via internet, o presidente destacou ainda que a ESM poderá oferecer cursos à distância, atendendo magistrados e servidores independente do município onde estejam.

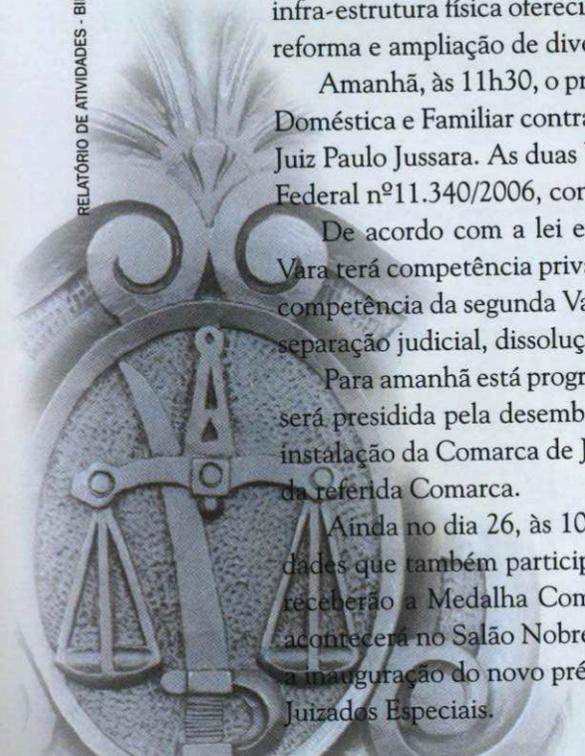
A desembargadora Sônia Parente também destacou a importância do momento que vive a ESM, da dedicação dos servidores e do corpo administrativo da instituição, sobretudo da Coordenadora da ESM, Eva Andersen Pinheiro. Sônia Parente parabenizou o presidente Milton Nobre, a quem chamou de "presidente construtor", pelos investimentos promovidos no Judiciário, sobretudo pela infra-estrutura física oferecida, como a construção da nova sede do TJE e as obras de construção, reforma e ampliação de diversas Comarcas no interior do Estado.

Amanhã, às 11h30, o presidente procederá a instalação de duas Varas privativas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em cerimônia no gabinete do Diretor do Fórum Criminal, Juiz Paulo Jussara. As duas Varas foram as primeiras criadas no Brasil após a promulgação da Lei Federal nº11.340/2006, conhecida como "Lei Maria da Penha".

De acordo com a lei estadual 6.920/2006, que criou as duas Varas específicas, a primeira Vara terá competência privativa de crimes do juízo singular e cível por distribuição, ficando sob a competência da segunda Vara criada os crimes contra a vida (Tribunal do Júri), ação de divórcio, separação judicial, dissolução de união estável e cível por distribuição.

Para amanhã está programada também a instalação de Varas em Santarém, em cerimônia que será presidida pela desembargadora Albanira Bemerguy. Na seqüência, no dia 26, acontecerá a instalação da Comarca de Jacareacanga, a 105ª do Estado, e também a instalação da Vara Única da referida Comarca.

Ainda no dia 26, às 10hs, o Presidente Milton Nobre continuará homenageando personalidades que também participaram e colaboraram para a concretização da nova sede do TJE. Elas receberão a Medalha Comemorativa da Inauguração do Edifício Sede do Tribunal. O evento acontecerá no Salão Nobre do TJE. No sábado, dia 27, o desembargador Milton Nobre presidirá a inauguração do novo prédio do Fórum da Vigia, ficando o antigo prédio, após reforma, para os Juizados Especiais.





Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Coordenação

Walbert da Silva Monteiro
Diretor do Departamento de Comunicação Social

Elaboração

Carlos Guilherme Lavor Moreira
Secretário de Administração

Sueli Lima Ramos Azevedo
Secretária de Planejamento, Coordenação e Finanças

Mário José Matos Tavares
Secretário de Informática

João Bosco Almeida de Carvalho
Diretor do Departamento Financeiro

Kátia Moraes Rêgo
Diretora do Departamento de Documentação e Informação

Morgan Vaughan Gomes Parry
Diretor do Departamento de Patrimônio e Serviços

Alice Cristina Loureiro
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Silene Bessa Campelo de Souza Menezes
Diretora do Departamento de Engenharia e Manutenção

Maria Elizabeth Muniz Zemero
Assessora Jurídica da Administração (CPL)

Maria de Nazaré Rendeiro Saleme
Assessora Jurídica de Planejamento

Antônio do Carmo Freitas da Silva
Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal

Edinaldo José de Melo Fernandes
Chefe da Divisão de Banco de Dados

Irédia Lúcia Silva Lisboa
Chefe da Divisão de Tombamento, Manutenção e Controle Patrimonial

Maria Nídia Gomes Domingues
Chefe da Divisão de Administração de Pessoal

Nilce Longhi Ramoa
Chefe da Divisão de Sistemas

Texto
Ana Tereza

Redação final
Walbert da Silva Monteiro
Linomar Saraiva Baia
Socorro Costa

Fotos
Newton Ricardo Oliveira
Marcus Rocha
Departamento de Engenharia do TJE
Geraldo Ramos

Projeto gráfico
Atorres e Anderson Vale

Diagramação
Anderson Vale

Impressão
Gráfica Delta

N.Cham. 341.416 P221r

Autor: Pará. Tribunal de Justiça

Título: Relatório de gestão 2005-2007.



20110

15288

Ex.2 TJE-PA BC



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ